



**Organização dos  
Estados Americanos**



**Banco Interamericano  
de Desenvolvimento**



**Comissão Econômica para a  
América Latina e o Caribe**

# **Dicionário de Termos de Comércio**

*Novembro 2003*

Esta publicação foi elaborada através da colaboração da Unidade de Comércio da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Departamento de Integração e Programas Regionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o escritório de Washington da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL).

Na sua preparação participaram: Patricio Contreras, Paul Fisher, Barbara Kotschwar, Iza Lejarraga, Cesar Parga, Rosine Plank-Brumback, Maryse Robert, Sherry Stephenson, Daniel Vazquez, Fabien Victora, Theresa Wetter e Ivonne Zúñiga (OEA); Beatriz Alvarez, Mario Berrios, Ann Casanova, Lesley Cassar, Rafael Cornejo, Jaime Granados, Jeremy Harris, Clemencia Pacheco e Laura Rojas (BID); Martha Cordero e Jorge Máttar (CEPAL México); Helen McBain (CEPAL Puerto España); Verónica Silva (CEPAL Santiago); e Raquel Artecona, Fernando Flores e Rex García (CEPAL Washington). Fernando Flores participou como Coordenador Técnico.

## **Dicionário de Termos de Comércio**

O propósito desse dicionário é de apresentar uma ampla lista de termos comumente usados nas negociações comerciais e especialmente no contexto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com vistas a proporcionar um instrumento de informação para o público em geral. O dicionário é apresentado nos quatro idiomas oficiais da ALCA: espanhol, francês, inglês e português.

Esta compilação não pretende esgotar o universo dos termos usados nem prejudicar ou influenciar, de algum modo, definições ou enfoques atualmente propostos por qualquer país em uma negociação de comércio. De fato, foram excluídas muitas das definições que aparecem na Minuta do Acordo da ALCA disponível para o público e que têm sido motivo de difíceis debates. As definições foram obtidas de fontes de dados amplamente conhecidas, inclusive outros acordos de comércio.

Inclui-se uma lista dos termos em ordem alfabética para facilitar o uso do dicionário. Os termos e suas definições são apresentados por tema geral de negociação no âmbito da ALCA e de outras negociações de comércio.

Uma versão eletrônica deste original pode ser encontrada nos seguintes Web sites:

Organização dos Estados Americanos – <http://www.sice.oas.org>

Banco Interamericano de Desenvolvimento – <http://www.iadb.org/trade>

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – <http://www.eclac.org/washington>

## Índice de Termos

	Página
Abertura pública das ofertas .....	22
Abuso de posição dominante .....	32
Acesso a mercados.....	39
Acordo <i>antidumping</i> .....	44
Acordo de reconhecimento mútuo .....	20
Acordo de subsídios.....	44
Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS).....	11
Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) .....	11
Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).....	11
Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Acordo MSF/OMC) .....	17
Acordo sobre Agricultura da OMC.....	17
Acordo sobre Compras Governamentais .....	22
Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC (Acordo OTC).....	20
Acreditação .....	20
Acumulação	
<i>Antidumping</i> / Direitos Compensatórios.....	44
Regime de origem .....	36
Adjudicação .....	22
Administração aduaneira .....	35
Admissão/importação temporária de mercadorias .....	35
Adulteração de licitação (Licitação fraudulenta) .....	32
Ajuda alimentar .....	17
<i>Amicus curiae</i> .....	42
Anulação ou prejuízo .....	42
Apoio desvinculado à renda.....	17
Apresentação limitada de ofertas/Contratação direta.....	22
Arbitragem.....	42
Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).....	11
Arquivo administrativo .....	44
Artigo XIX.....	37
Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).....	11
Atores .....	24
Autor.....	24
Autoridade investigadora .....	44
Avaliação de risco.....	17
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) .....	11
Barreiras à entrada .....	32
Barreiras não-tarifárias .....	47
Bem-estar do consumidor.....	32
Bens com direitos de autor pirateados .....	24
Bens de marca falsos.....	24
Bens de uso pessoal .....	35
Biodiversidade .....	24
Cadastro .....	42
<i>Caixa amarela</i> das medidas de apoio interno (Acordo sobre Agricultura da OMC).....	17
<i>Caixa azul</i> das medidas de apoio interno (Acordo sobre Agricultura da OMC) .....	17
<i>Caixa verde</i> de medidas de apoio doméstico (Acordo sobre Agricultura da OMC) .....	17
Calibração.....	20
Capacitação em comércio .....	11
Cartel .....	32
Causa de ação .....	42
Centro Internacional de Solução de Controvérsias Relativas a Investimento (ICSID) .....	28
Certificação.....	20
Certificado de conformidade.....	20
Certificado de origem .....	36
Classificação setorial dos serviços.....	39
Código de Boa Prática .....	20

Código de conduta	
Procedimentos Aduaneiros .....	35
Solução de Controvérsias .....	42
Comércio de serviços .....	39
Comércio transfronteiriço de serviços (Modalidade 1) .....	39
Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Mercantil Internacional (UNCITRAL) .....	12
Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> .....	17
Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) .....	12
Comitê de Negociações Comerciais (CNC) .....	12
Comitê de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC .....	20
Comitê Tripartite .....	12
Compensação .....	37
Compensação por perdas .....	28
Compras governamentais .....	22
Compromissos relativos aos preços .....	44
Comunidade Andina .....	12
Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) .....	13
Conciliação .....	42
Concorrência desleal .....	24
Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) .....	13
Conhecimento tradicional .....	24
Consultas .....	42
Consumo no exterior (Modalidade 2) .....	39
Contêineres e materiais de embalagem para embarque .....	36
Convenção de Nova York .....	42
Convenção do Panamá .....	42
Cooperação .....	32
Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) .....	13
Cortesia positiva e negativa .....	32
Créditos à exportação de produtos agrícolas .....	18
Critério de lista negativa .....	39
Critério de lista positiva .....	39
Cúpula das Américas .....	13
Custos de embarque e reembalagem .....	36
<i>De minimis</i> .....	44
Declaração de conformidade do fornecedor / Declaração de conformidade do fabricante .....	20
Demanda .....	42
Denegação de benefícios	
Investimento .....	28
Serviços .....	39
Depósito de direitos .....	44
Desenho industrial .....	24
Despachante aduaneiro .....	35
Determinação de revisão .....	44
Determinação final .....	44
Direito <i>antidumping</i> .....	44
Direito compensatório .....	44
Direito de autor .....	25
Direito de normalizar .....	40
Direito definitivo .....	44
Direito inferior .....	44
Direito provisório .....	44
Direitos alfandegários .....	35
Direitos conexos .....	25
Direitos de geneticista .....	25
Direitos de propriedade intelectual .....	25
Direitos econômicos .....	25
Direitos morais .....	25
Disposições sobre transparência .....	22
Documentos de licitação .....	22
<i>Dumping</i> .....	45
Edital (Solicitação) .....	22

Eficiência .....	33
Eleição de foro .....	42
Elusão .....	45
Empresas estatais de comércio de produtos agropecuários .....	18
Entendimento da OMC sobre as Regras e Procedimentos Regulatórios da Solução de Controvérsias .....	42
Equivalência .....	20
Equivalente <i>ad valorem</i> .....	47
Especificação técnica .....	22
Estratégias nacionais de fortalecimento da capacidade comercial .....	13
Exceções gerais .....	28
Exportação de mercadorias .....	35
Expressões do folclore .....	25
Expropriação .....	28
Faixas de preço .....	18
Fatos essenciais .....	45
Fidedignidade processual/ Devido processo .....	33
Flexibilidade e progressividade .....	33
Fornecedor substancial .....	37
Fornecimento discriminatório .....	33
Fórum das Américas sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável .....	13
Fórum de Negócios das Américas (ABF) .....	13
Fusões e aquisições .....	33
Garantia .....	35
Grupo Cairns de Países Exportadores Agrícolas .....	18
Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) .....	14
Importação de mercadorias .....	35
Indicações geográficas .....	26
Indústria doméstica .....	45
Informações comerciais patenteadas .....	45
Infração aduaneira .....	35
Início de uma investigação .....	45
Intercâmbio de dados eletrônicos .....	35
Interesse público .....	45
Investigação .....	45
Investigação <i>in situ</i> .....	45
Investigação preliminar .....	45
Investimento de carteira .....	28
Investimento estrangeiro direto .....	28
Item tarifário .....	36
Legislação aduaneira .....	35
Lei aplicável .....	42
Leiaute-projeto/topo-grafia de circuitos integrados .....	26
Leis de concorrência .....	33
Liberação de mercadorias .....	35
Licença compulsória .....	26
Licença contratual .....	26
Licença de importação .....	47
Licença de importação automática .....	47
Licença de importação não automática .....	47
Licitação aberta .....	23
Licitação seletiva .....	23
Limiares .....	23
Limite de exportação voluntário .....	47
Lista de compromissos .....	40
Lista de reservas .....	40
Lista negativa .....	28
Loja livre de tarifas aduaneiras ( <i>duty-free</i> ) .....	47
Manifesto de carga (Declaração de carga) .....	35
Manutenção da situação vigente .....	29
Marca registrada .....	26
Marcas notoriamente conhecidas .....	26
Margem de <i>dumping</i> .....	45

Materiais indiretos .....	36
Material genético .....	26
Mecanismo de retenção .....	29
Mecanismo de solução de controvérsia entre investidor e Estado .....	29
Mecanismo específico de salvaguarda .....	37
Média ponderada .....	45
Mediação .....	42
Medida agregada de apoio à produção agrícola (AMS) .....	18
Medida de salvaguarda .....	37
Medida de salvaguarda global .....	37
Medida de salvaguarda provisória .....	37
Medidas compensatórias .....	45
Medidas de apoio interno à produção agrícola .....	18
Medidas de facilitação de negócios .....	14
Medidas de facilitação do comércio .....	20
Medidas desconformes .....	29
Medidas não-tarifárias .....	47
Medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF) .....	19
Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) .....	14
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) .....	14
Mercado relevante	
<i>Antidumping/ Direitos Compensatórios</i> .....	45
Política de Concorrência .....	33
Mercadoria originária .....	36
Mercadorias fungíveis .....	36
Mercadorias não originárias ou materiais não originários .....	36
Mesa-redonda .....	14
Metrologia .....	21
Metrologia científica .....	21
Metrologia industrial .....	21
Metrologia legal .....	21
Modalidades do comércio de serviços .....	40
Modelo de utilidade .....	26
Monopólio .....	34
Montante do subsídio .....	45
Movimento temporário de pessoas físicas (Modalidade 4) .....	40
Mudança de classificação tarifária .....	36
Não-discriminação .....	34
Nível mínimo de tratamento .....	29
Nome de domínio .....	26
Normas de Arbitragem <i>ad hoc</i> da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) .....	29
Objetivos legítimos .....	21
Obras literárias e artísticas .....	26
Obstáculos técnicos ao comércio (OTC) .....	21
Oferta .....	23
Operações aduaneiras .....	35
Operações comerciais normais .....	46
Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) .....	14
Organização dos Estados Americanos (OEA) .....	15
Organização Mundial de Alfândegas (OMA) .....	15
Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) .....	15
Organização Mundial do Comércio (OMC) .....	15
Órgão de apelação .....	42
Órgãos encarregados de compras .....	23
Padrão .....	21
Pagamentos de deficiência em apoio à produção agrícola .....	19
Página eletrônica da ALCA .....	15
Painel .....	42
Parecer consultivo .....	42
Partes interessadas .....	37
Partes na controvérsia .....	42
Patente .....	27

Pessoa física (ou jurídica).....	34
Pessoal chave.....	29
Petição.....	43
Plano de ajuste.....	37
Plano de verificação.....	46
Poder de mercado.....	34
Política Agrícola Comum da União Européia (PAC).....	19
Política de concorrência.....	34
Políticas e medidas regulatórias de mercado.....	34
Ponto de contato.....	21
Pós-estabelecimento.....	30
Práticas anticompetitivas.....	34
Pré-estabelecimento.....	30
Prejuízo.....	46
Prejuízo grave.....	37
Presença comercial (Modalidade 3).....	40
Prioridade.....	27
Procedimento de <i>drawback</i> .....	47
Procedimentos de avaliação da conformidade.....	21
Procedimentos de contratação/compra.....	23
Produção integral.....	36
Produto diretamente concorrente.....	37
Produto similar	
<i>Antidumping</i> / Direitos Compensatórios.....	46
Salvaguardas.....	37
Produtor de fonogramas.....	27
Produtos agrícolas geneticamente modificados.....	19
Programa de Cooperação Hemisférica (PCH).....	15
Programa de diferimento de tarifas.....	47
Programa de eliminação de tarifas.....	15
Prospectivo.....	46
Proteção da confidencialidade.....	34
Rastreabilidade.....	21
Recursos biológicos.....	27
Recursos genéticos.....	27
Regime de origem.....	36
Regime de salvaguardas especiais para produtos agropecuários.....	19
Regra de origem.....	36
Regras de Facilitação Complementares do ICSID.....	30
Regras modelo de procedimento.....	43
Regulamentação nacional.....	40
Regulamento técnico.....	21
Reimportação de mercadorias.....	35
Relação causal	
<i>Antidumping</i> / Direitos Compensatórios.....	46
Salvaguardas.....	38
Represália transetorial.....	43
Requisitos de desempenho	
Compras Governamentais.....	23
Investimento.....	30
Tarifas e Medidas Não-Tarifárias.....	48
Reservas.....	30
Restrições à produção.....	34
Resultados da investigação.....	38
Retrospectivo.....	46
Reunião ministerial.....	16
Revisão de extinção.....	46
Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais.....	16
Setores de serviços.....	40
Sistema Harmonizado.....	48
Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias.....	48
Solução alternativa de controvérsia.....	43



Subsídio .....	46
Subsídio à exportação .....	46
Subsídio nacional.....	46
Subsídios à exportação de produtos agrícolas.....	19
Suspensão de benefícios .....	43
Tarifa <i>ad valorem</i> .....	48
Tarifa específica.....	48
Tarifa mista.....	48
Tarifas-cota.....	48
Taxas de exportação .....	19
Terceira Parte.....	43
Teste de valor.....	36
Transferências.....	30
Trânsito aduaneiro .....	35
Transparência	
Política de Concorrência.....	34
Serviços .....	40
Tratado Bilateral de Investimento (TBI).....	30
Tratamento de diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias .....	16
Tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF)	
Investimento.....	31
Serviços .....	41
Tratamento nacional	
Investimento.....	31
Serviços .....	41
Tarifas e Medidas Não-Tarifárias .....	48
União Aduaneira.....	38
União Européia (UE) .....	16
Valor construído/ reconstruído .....	46
Valor de conteúdo regional.....	36
Valor normal .....	46
Valoração aduaneira .....	35
<i>Zeroing</i> .....	46
Zona processadora de exportações.....	48

## Temas Gerais de Negociação

	Página
TERMOS GERAIS.....	11
AGRICULTURA .....	17
BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO.....	20
COMPRAS GOVERNAMENTAIS .....	22
DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	24
INVESTIMENTO .....	28
POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA .....	32
PROCEDIMENTOS ADUANEIROS .....	35
REGIME DE ORIGEM.....	36
SALVAGUARDAS.....	37
SERVIÇOS.....	39
SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....	42
SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS .....	44
TARIFAS E MEDIDAS NÃO-TARIFÁRIAS.....	47

TERMOS GERAIS

Termo	Definição
<b>Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS)</b>	O Acordo Geral de Comércio de Serviços (GATS) é o primeiro conjunto multilateral e juridicamente vinculante de regras que abrangem o comércio internacional de serviços. O GATS surgiu em janeiro de 1995 como parte integrante da OMC. O funcionamento do GATS são a responsabilidade do Conselho para o Comércio de Serviços, constituído de representantes de todos os países da OMC.
<b>Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)</b>	O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), foi suplantado como organização internacional por a Organização Mundial do Comércio. Um Acordo Geral atualizado é agora um dos acordos da OMC. Ver “ <i>Organização Mundial do Comércio</i> ”, pagina 15.
<b>Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)</b>	O Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) é um acordo abrangente de livre comércio em que estão metidos Canadá, México e os Estados Unidos, estabelecido em 1 de janeiro de 1994. Seus objetivos incloem: eliminar barreiras ao comércio dentro, e facilitar o movimento de mercadorias e serviços através das fronteiras; promover condições de concorrência justa; aumentar oportunidades de investimento; prover proteção suficiente e efetiva e aplicação de direitos de propriedade intelectual; criar processos efetivos para a implementação e a aplicação do Acordo, para sua administração conjunta e a resolução de disputas; e estabelecer uma base para mais cooperação trilateral, regional e multilateral. <a href="http://www.nafta-sec-alena.org">http://www.nafta-sec-alena.org</a>
<b>Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)</b>	Os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias do hemisfério, na Cúpula das Américas realizada em Miami em 1994, acordaram a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento, bem como a conclusão das negociações do Acordo até 2005. <a href="http://www.ftaa-alca.org">http://www.ftaa-alca.org</a>
<b>Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)</b>	A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) foi estabelecida por o Tratado de Montevideo em agosto de 1980 e ficou operacional em março de 1981. A Associação procura fomentar a cooperação econômica entre seus membros, incluído por meio da realização de acordos de comércio regionais e de acordos setoriais. Os membros (12) incloem: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. A ALADI substituiu à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que foi estabelecida em 1960 com o objetivo de desenvolver um mercado comum na América Latina. <a href="http://www.aladi.org">http://www.aladi.org</a>
<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)</b>	Criado em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoia o desenvolvimento econômico e social e a integração regional na América Latina e no Caribe. Ele faz isso principalmente por meio de emprestar a instituições públicas, mas também financia projetos privados, geralmente em infra-estrutura e desenvolvimento de mercados de capital. Os membros incloem: Alemanha, Argentina, Áustria, Bahamas, Barbados, Bélgica, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Dinamarca, El Salvador, Equador, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Holanda, Honduras, Israel, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Suécia, Suíça, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. <a href="http://www.iadb.org">http://www.iadb.org</a>
<b>Capacitação em comércio</b>	Desenvolvimento e melhoramento da capacidade e das qualificações básicas dos países na área do comércio, mediante cooperação técnica e outras formas de ajuda, a fim de otimizar sua participação em negociações, implementar seus compromissos de comércio e enfrentar os desafios para a maximização dos benefícios da integração hemisférica. Ver “ <i>Programa de Cooperação Hemisférica</i> ”, pagina 15 .

## Termos Gerais

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Mercantil Internacional (UNCITRAL)</b>	<p>Criada em dezembro de 1966; a Comissão das Nações Unidas sobre o Direito Mercantil Internacional (UNCITRAL) tem o objetivo de promover a harmonização e a unificação progressivas do direito mercantil internacional. Os membros (36) incluem: Alemanha, Antiga República Iugoslava da Macedônia, Argentina (alternando anualmente com o Uruguai), Áustria, Benin, Brasil, Burquina Faso, Camarões, Canadá, China, Cingapura, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Federação Russa, Fiji, França, Honduras, Hungria, Índia, Irã, Itália, Japão, Lituânia, Marrocos, México, Paraguai, Quênia, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Romênia, Ruanda, Serra Leoa, Sudão, Suécia, Tailândia e Uganda.</p> <p><a href="http://www.uncitral.org">http://www.uncitral.org</a></p>
<b>Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL)</b>	<p>A Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Foi criada para para o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina, mediante a coordenação de ações destinadas a essa finalidade, e fortalecer as relações econômicas entre os países e com as demais nações do mundo. A promoção do desenvolvimento social da região foi posteriormente incluída entre seus objetivos principais. Seus membros (41) incluem: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Holanda, Honduras, Itália, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela; membros associados– Anguila, Aruba, Bonaire, Ilhas Virgens, Ilhas Virgens Britânicas, Porto Rico e Montserrat.</p> <p><a href="http://www.eclac.org">http://www.eclac.org</a></p>
<b>Comitê de Negociações Comerciais (CNC)</b>	<p>Como parte do processo da Área de Livre Comércio das Américas, o Comitê de Negociações Comerciais (CNC), supervisiona e administra o processo de negociação da ALCA no nível vice-ministerial. O CNC tem a responsabilidade de orientar o trabalho dos grupos de negociação e de comitês especiais da ALCA e de decidir sobre a estrutura geral do Acordo e sobre questões institucionais.</p>
<b>Comitê Tripartite</b>	<p>O Comitê Tripartite é constituído pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ela proporciona apoio analítico, técnico e financeiro ao processo da ALCA e mantém a página eletrônica oficial da ALCA. Cada uma das instituições do Comitê Tripartite também atende às solicitações de assistência técnica relacionadas com os assuntos da ALCA, especialmente das economias menores do Hemisfério.</p>
<b>Comunidade Andina (CAN)</b>	<p>Antes conhecida como Grupo Andino (criada em 1969) e como Mercado Comum Andino, a Comunidade Andina (CAN) é uma organização sub-regional constituída de Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e das entidades e instituições que formam o Sistema de Integração Andina. Os objetivos-chaves da Comunidade Andina são: promover o desenvolvimento equilibrado e harmônico dos países membros em condições equitativas; estimular o crescimento por meio da integração e da cooperação econômica e social; melhorar a participação no processo de integração regional com o intuito da formação progressiva de um mercado comum latino-americano; lutar por uma melhoria gradual do padrão de vida dos seus habitantes.</p> <p><a href="http://www.comunidadandina.org">http://www.comunidadandina.org</a></p>

## Termos Gerais

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM)</b>	A CARICOM é um grupo de 15 países membros criado por o Tratado de Chaguaramas em 1973 para promover a integração econômica por meio da circulação livre de mercadorias e a cooperação operacional nas áreas da educação e da saúde. O Tratado foi revisado em 2001 para fazer do mercado comum uma união econômica, o Mercado e a Economia Comuns do Caribe (CSME), o qual preve o livre movimento de mercadorias, serviços, capital e mão-de-obra, a coordenação de políticas macroeconômicas e a harmonização das leis e das instituições. Os países membros (15) são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. As Bahamas são um membro da Comunidade mas não do Mercado Comum. São incluídos nos membros associados (3): Anguila, Ilhas Turk e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas. <a href="http://www.caricom.org">http://www.caricom.org</a>
<b>Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)</b>	Criada em dezembro de 1964, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) tem o objetivo de aumentar a integração de países em desenvolvimento na economia mundial. A UNCTAD é o ponto central dentro das Nações Unidas para o tratamento integrado do comércio e do desenvolvimento e de assuntos correlacionados nas áreas das finanças, da tecnologia, do investimento e do desenvolvimento sustentável. Os membros (191) incluem todos os membros das Nações Unidas, mais a Santa Sé. <a href="http://www.unctad.org">http://www.unctad.org</a>
<b>Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC)</b>	Criada em novembro de 1989, a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) é o primeiro fórum para facilitar o crescimento econômico, a cooperação, o comércio e o investimento na Bacia do Pacífico. Os membros da APEC (21) são Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã. <a href="http://www.apecsec.org.sg">http://www.apecsec.org.sg</a>
<b>Cúpula das Américas</b>	O processo da Cúpula das Américas, que começou depois da primeira Cúpula das Américas em dezembro de 1994, reúne os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério Ocidental para discutir preocupações comuns, procurar soluções e formar uma visão compartilhada do futuro desenvolvimento da região, de natureza econômica, social ou política. <a href="http://www.summit-americas.org">http://www.summit-americas.org</a>
<b>Estratégias nacionais de fortalecimento da capacidade comercial</b>	No contexto do Programa de Cooperação Hemisférica da ALCA, alguns países têm desenvolvido estratégias nacionais ou regionais que definem, priorizam, e articulam suas necessidades relacionadas a fortalecer sua capacidade para: preparar-se para negociações; implementar compromissos comerciais e adaptar-se à integração. Para facilitar a coordenação e compartilhar experiências, as estratégias seguem um formato comum que foi desenvolvido por o Grupo Consultativo sobre Economias mais Pequenas, com a ajuda do Comitê Tripartite.
<b>Fórum das Américas sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável</b>	Evento paralelo realizado por várias organizações da sociedade civil com relação à reunião dos Ministros Responsáveis do Comércio no Hemisfério que participam às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). <a href="http://www.miami.edu/nsc/pages/FTAA.html">http://www.miami.edu/nsc/pages/FTAA.html</a>
<b>Fórum de Negócios das Américas (ABF)</b>	Evento paralelo realizado pelo setor privado com relação à reunião dos Ministros Responsáveis do Comércio no Hemisfério que participam às negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). <a href="http://www.abfmiami2003.com">http://www.abfmiami2003.com</a>

### Termos Gerais

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)</b>	O Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) foi criado em março de 1995 com o objetivo de coordenar e implementar os mandatos do Plano de Ação de Miami. O GRIC é constituído dos 34 governos eleitos democraticamente do hemisfério, que são representados por sus Coordenadores Nacionais nomeados. O GRIC é responsável para relatar anualmente o progresso realizado na satisfação do Plano de Ação aos Ministros Exteriores. Os Ministros revisão a informação na ocasião da Sessão Regular da Assembléia Geral da OEA.
<b>Medidas de facilitação de negócios</b>	No contexto da ALCA, conjunto de medidas aprovadas pelos Ministros Responsáveis por Comércio na Reunião Ministerial de Toronto, em 4 de novembro de 1999. Delas consta uma série de oito medidas relacionadas com alfândega e dez medidas relacionadas com transparência, incluídas, respectivamente, no Anexo II e no Anexo III da Declaração Ministerial de Toronto. <a href="http://www.ftaa-alca.org/ministerials/minis_e.asp">http://www.ftaa-alca.org/ministerials/minis_e.asp</a>
<b>Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)</b>	O Mercado Comum Centro-Americano foi criado em 13 de dezembro de 1960 quando Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicaragua assinaram o Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana. Costa Rica acedeu em 23 de julho de 1962. Em outubro de 1993, os cinco países do MCCA assinaram o Protocolo de Guatemala, o qual emendou o Tratado Geral de 1960. O Protocolo redefine os objetivos, princípios e etapas de integração econômica, e convoca os membros para estabelecer uma união alfândega. Mais especificamente, o Protocolo de Guatemala convoca os membros para concretizar a área de livre comércio do MCCA por meio da eliminação gradual de tarifas e de barreiras comerciais, conceder o tratamento nacional ao comércio intra-regional, e a adoção de um quadro legal regional que cobra as regras de origem, salvaguardas, práticas comerciais injustas, propriedade intelectual, serviços, medidas sanitárias e fito-sanitárias, e critérios e regras técnicas. <a href="http://www.sieca.org.gt">http://www.sieca.org.gt</a>
<b>Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)</b>	O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi criado por meio do Tratado de Asunción em 26 de março de 1991. Entre 1991 e 1995, os membros do MERCOSUL, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, se envolveram numa série de negociações para estabelecer uma tarifa externa comum, o qual se realizou em 1 de Janeiro de 1995. O prazo final para a implementação integral da união alfandegária por todos os membros em todos os setores é 2006. O novo lançamento do processo de integração do MERCOSUL em 2000 exigia uma coordenação macroeconômica mais estreita e outros assuntos de priorização como o fortalecimento das instituições, a tarifa externa comum, a resolução de disputas, remédios ao comércio e política de concorrência, e incentivos ao investimento. Chile e Bolívia se tornaram em membros associados, respectivamente, em 1996 e em 1997. <a href="http://www.mercosul.org.uy">http://www.mercosul.org.uy</a>
<b>Mesa-redonda</b>	Espaço para reunião entre doadores e países que necessitam de assistência técnica e que permite o ajustamento das necessidades de cooperação com os recursos dos doadores, a fim de formar e fortalecer a capacidade dos países na área do comércio.
<b>Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)</b>	A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) agrupa 30 países membros num fórum único para discutir, desenvolver e aprimorar políticas econômicas e sociais. Foi estabelecida em dezembro de 1960 e esta em funcionamento desde setembro de 1961. Os membros (30) incluem Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça e Turquia. <a href="http://www.oecd.org">http://www.oecd.org</a>

### Termos Gerais

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Organização dos Estados Americanos (OEA)</b>	Em 30 de abril de 1948, a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) foi adotada por 21 nações do hemisfério. Afirmando seu compromisso com objetivos comuns e respeito para a soberania de cada nação. Desde então, a OEA tem expandido para incluir as nações do Caribe e Canadá. Através do processo da Cúpula das Américas, os Chefes de Estado e de Governo do hemisfério têm dado responsabilidades e mandatos importantes à OEA, incluindo: direitos humanos; participação da sociedade civil; melhorar a cooperação para tratar o problema de drogas ilegais; apoiar o processo para criar a Área de Livre Comércio das Américas; a educação, a justiça e a segurança. Os membros (35) incluem: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (excluída da participação formal desde 1962), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. <a href="http://www.oas.org">http://www.oas.org</a>
<b>Organização Mundial de Alfândegas (OMA)</b>	Criada em 1952 como Conselho de Cooperação Alfandegária, o Conselho adotou o nome de trabalho Organização Mundial de Alfândegas (OMA) em 1994, para refletir mais claramente sua transição para uma instituição intergovernamental verdadeiramente mundial. A OMA é um órgão intergovernamental independente cuja missão é melhorar a eficácia e a eficiência das administrações aduaneiras no mundo inteiro. Com 159 países membros, é a única organização intergovernamental mundial com competência em assuntos aduaneiros. <a href="http://www.wcoomd.org">http://www.wcoomd.org</a>
<b>Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO)</b>	Criada em 1967, a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO) é uma organização internacional dedicada a promover o uso e a proteção de obras literárias, artísticas e científicas. A WIPO é uma das 16 agências especializadas do sistema das Nações Unidas. Ela administra 23 tratados internacionais que tratam de diferentes aspectos da proteção da propriedade intelectual. A Organização tem 179 países membros. <a href="http://www.wipo.org">http://www.wipo.org</a>
<b>Organização Mundial do Comércio (OMC)</b>	A Organização Mundial do Comércio sucedeu ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1 de janeiro de 1995. É a só organização multilateral que serve como fórum de negociação para a liberalização do comércio, uma entidade para supervisionar a implementação de regras comerciais multilateralmente aceitas e comprometedoras e um fórum para a solução de controvérsias de comércio. O objetivo da OMC é de promover a liberalização e a expansão do comércio internacional de mercadorias e serviços sob condições certas e previsíveis. A OMC tem 146 membros. <a href="http://www.wto.org">http://www.wto.org</a>
<b>Página eletrônica da ALCA</b>	Página eletrônica oficial da Área de Livre Comércio das Américas - <a href="http://www.ftaa-alca.org">http://www.ftaa-alca.org</a> .
<b>Programa de Cooperação Hemisférica (PCH)</b>	O Programa de Cooperação Hemisférica (PCH) pretende fortalecer as capacidades dos países que procuram ajuda para participar nas negociações da ALCA, implementar seus compromissos comerciais, e tratar os desafios e maximizar os benefícios da integração hemisférica, incluindo a capacidade produtiva e a competitividade na região. O Programa inclói um mecanismo para ajudar esses países a elaborar estratégias nacionais e/ou regionais destinadas a aprimorar a capacitação na área do comércio que definem, priorizam e articulam suas necessidades e programas que perseguem essas estratégias, e identificar fontes de apoio financeiro e não-financeiro para satisfazer essas necessidades. O PCH foi endossado por os Ministros da ALCA Responsáveis do Comércio durante a reunião em Quito, em novembro de 2002. <a href="http://www.ftaa-alca.org/ministerials/quito/minist_e.asp">http://www.ftaa-alca.org/ministerials/quito/minist_e.asp</a>
<b>Programa de eliminação de tarifas</b>	Cronogramas de eliminação de tarifas das Partes de um acordo de comércio.

### *Termos Gerais*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Reunião ministerial</b>	A reunião periódica dos Ministros Responsáveis do Comércio dos 34 países participantes na Área de Livre Comércio das Américas.
<b>Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais</b>	Iniciada em setembro de 1986 em Punta del Este, Uruguai, a oitava rodada de negociações comerciais multilaterais abrangia uma agenda de amplo alcance que cobria muitos novos assuntos de política comercial. O acordo resultante, concluído em dezembro de 1993 e assinado em abril de 1994, estendeu o sistema de comércio multilateral dentro de várias novas áreas, especialmente o comércio de serviços e os direitos da propriedade intelectual, e trouxe os importantes setores da agricultura e da indústria têxtil nas regras comerciais multilaterais. O resultado da Rodada Uruguai foi o estabelecimento da Organização Mundial do Comércio em janeiro de 1995. <a href="http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact5_e.htm">http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact5_e.htm</a>
<b>Tratamento de diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias</b>	Princípio que proporciona a países com diferentes níveis de tamanho e de desenvolvimento a possibilidade de obter um tratamento diferente no contexto das negociações da ALCA. Os Princípios para esse tratamento são detalhados no documento do Comitê de Negociações Comerciais intitulado “Princípios ou Diretrizes para o Tratamento das Diferenças nos Níveis de Desenvolvimento e de Tamanho de Economias”. <a href="http://www.ftaa-alca.org/TNC/tn18e.asp">http://www.ftaa-alca.org/TNC/tn18e.asp</a>
<b>União Européia (UE)</b>	A União Européia (UE) agrupa quinze Estados membros por meio de uma série de instituições comuns onde decisões sobre assuntos específicos de interesse conjunto são tomadas ao nível europeu. Foi fundada como a Comunidade Européia depois da Segunda Guerra Mundial para melhorar a cooperação política, econômica e social entre os seus membros. O “mercado único”, adotado em 1992 por meio do Tratado de Maastricht, é o centro da atual União Européia. Abrange a liberdade de movimento para mercadorias, serviços, pessoas e capital e é embasada por uma variedade de políticas de apoio. Uma moeda comum, o “Euro”, que substituiu as antigas moedas nacionais em 12 países da UE, junto com um Banco Central Europeu, surgiu em 1 de janeiro de 2002. Os Estados membros (15) são Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. Dez novos países membros foram convidados a juntar-se à UE em 1 de maio de 2004: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Tcheca. <a href="http://europa.eu.int">http://europa.eu.int</a>



## AGRICULTURA

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Acordo MSF/OMC)</b>	O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (“Acordo MSF”) entrou em vigor com a criação da Organização Mundial do Comércio em 1º de janeiro de 1995. Refere-se à aplicação de normas relativas à inocuidade dos alimentos e à saúde animal e vegetal.
<b>Acordo sobre Agricultura da OMC</b>	O Acordo sobre Agricultura é um dos 29 textos jurídicos incluídos na Ata Final de um acordo geral que levou à constituição da OMC. Foi negociado na Rodada Uruguai 1986–94 e constitui um considerável primeiro passo no sentido de uma concorrência mais justa e um setor menos distorcido. Inclui compromissos específicos dos países membros da OMC para o melhoramento do acesso a mercados e a redução dos subsídios que distorcem o comércio agrícola. Esses compromissos têm um período de implementação de mais de seis anos (dez anos para os países em desenvolvimento), iniciado em 1995.
<b>Ajuda alimentar</b>	Refere-se a remessas de produtos agrícolas de países doadores a países beneficiários como doação total ou em condições muito favoráveis.
<b>Apoio desvinculado à renda</b>	Os programas de apoio desvinculado à renda referem-se a pagamentos aos agricultores não vinculados às decisões sobre a produção em curso. Desse modo, quando os pagamentos são desvinculados, destinam-se a apoiar a renda dos agricultores, de maneira que possam tomar decisões sobre a produção com base nos rendimentos esperados.
<b>Avaliação de risco</b>	Refere-se a procedimentos de avaliação da probabilidade de introdução, estabelecimento ou disseminação de uma praga ou doença no território de um país importadora de acordo com as medidas sanitárias ou fitossanitárias que possam ser aplicadas e com as possíveis consequências biológicas e econômicas correlatas; ou à avaliação do potencial de efeitos adversos na saúde humana ou animal decorrentes da presença de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças nos alimentos, bebidas ou forragens.
<b>Caixa amarela das medidas de apoio interno (Acordo sobre Agricultura da OMC)</b>	Para a agricultura, as medidas de apoio interno consideradas fatores que distorcem a produção e o comércio (com algumas exceções) são classificadas numa categoria denominada “caixa amarela”. Segundo o Acordo sobre Agricultura da OMC, os países assumiram compromissos de reduzir o valor total dessas medidas.
<b>Caixa azul das medidas de apoio interno (Acordo sobre Agricultura da OMC)</b>	Essas medidas referem-se a pagamentos efetuados pelo governo a título de apoio, diretamente vinculados ao uso da terra ou ao número de animais na produção agrícola. Incluem esquemas que limitam a produção mediante a imposição de cotas de produção ou a exigência de que os fazendeiros reservem parte de suas terras. Os poucos países Partes que usam esses subsídios argumentam que eles distorcem menos o comércio que os subsídios alternativos da “caixa amarela”. Esses tipos de medida constituem isenções da regra geral de que todos os subsídios vinculados à produção devam ser reduzidos ou mantidos em níveis mínimos definidos ( <i>de minimis</i> ).
<b>Caixa verde de medidas de apoio doméstico (Acordo sobre Agricultura da OMC)</b>	Refere-se a medidas consideradas de efeito mínimo ou nulo no comércio. Incluem medidas de apoio tais como pesquisa, extensão, estoques alimentares de segurança, pagamentos por calamidades e programas de ajuste estrutural. As medidas da “caixa verde” não são sujeitas a compromissos de redução segundo o Acordo sobre Agricultura da OMC.
<b>Comissão do Codex Alimentarius</b>	A Comissão do <i>Codex Alimentarius</i> foi criada em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para desenvolver normas alimentares, diretrizes e textos correlatos, tais como códigos de prática de acordo com o Programa Conjunto FAO-OMS sobre Normas Alimentares. Os principais objetivos desse Programa são proteger a saúde dos consumidores, assegurar práticas justas no comércio de alimentos e promover a coordenação de todo trabalho sobre normas alimentares realizado por organizações internacionais governamentais e não-governamentais.

## Agricultura

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Créditos à exportação de produtos agrícolas</b>	Créditos oficiais de exportação concedidos pelos governos por intermédio das entidades de crédito à exportação em apoio aos exportadores nacionais que competem por vendas no exterior. Essas entidades proporcionam crédito a compradores estrangeiros, seja diretamente, seja por intermédio de instituições financeiras privadas que se beneficiam da cobertura de seu seguro ou garantia. São em geral instituições governamentais ou empresas privadas que operam em nome do governo. Esse sistema refere-se, por conseguinte, à venda de exportações a crédito em vez de à vista. Muitos países promovem exportações proporcionando crédito subsidiado ou garantias em termos mais favoráveis do que os que podem ser obtidos comercialmente.
<b>Empresas estatais de comércio de produtos agropecuários</b>	Empresas governamentais e não-governamentais investidas oficialmente com faculdade de importar e/ou exportar produtos agropecuários.
<b>Faixas de preço</b>	Instrumento de política que introduz uma taxa para regular o mercado doméstico ou para protegê-lo de preços internacionais mais baixos. Consiste no estabelecimento de níveis de preço mais altos e mais baixos para mercadorias importadas (a faixa), a fim de decidir quanto à aplicação de um mecanismo compensatório (por exemplo, taxas tarifárias) em casos em que o preço internacional de determinado produto agrícola caia abaixo do nível mais baixo da faixa de preço.
<b>Grupo Cairns de Países Exportadores Agrícolas</b>	Grupo de países constituído em 1986 em Cairns, Austrália. O grupo visa à remoção de barreiras ao comércio e reduções consideráveis nos subsídios que afetam o comércio agrícola. Essas metas foram estabelecidas em resposta aos preços deprimidos das mercadorias e aos reduzidos rendimentos das exportações que derivam das controvérsias sobre subsídios. Os membros representam parcela significativa das exportações agrícolas mundiais. O grupo inclui grandes exportadores de alimentos de países tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento, a saber, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Filipinas, Hungria, Indonésia, Malásia, Nova Zelândia, Tailândia e Uruguai. O Grupo Cairns representou uma forte coalizão na Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais.
<b>Medida agregada de apoio à produção agrícola (AMS)</b>	A AMS refere-se a um índice que mede o valor monetário da extensão do apoio governamental a um setor. A AMS, de acordo com a definição constante do Acordo sobre Agricultura da OMC, inclui desembolsos tanto orçamentários quanto de transferências de receita dos consumidores aos produtores como resultado de políticas que distorcem os preços de mercado.
<b>Medidas de apoio interno à produção agrícola</b>	Subsídios concedidos à produção doméstica de mercadorias agrícolas. Esses subsídios são concedidos em benefício dos produtos, independentemente de serem exportados ou não.

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Medidas sanitárias e fitossanitárias (MSF)</b>	Qualquer medida aplicada: (i) para proteger a vida ou a saúde animal ou vegetal, no território de um país, de riscos decorrentes da introdução, estabelecimento ou disseminação de pragas, doenças, organismos portadores de doenças ou organismos causadores de doenças; (ii) para proteger a vida ou a saúde humana ou animal, no território de um país, de riscos decorrentes de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças em alimentos, bebidas ou forragens; (iii) para proteger a vida ou a saúde humana, no território de um país, de riscos decorrentes de doenças transmitidas por animais, plantas ou produtos deles derivados ou da introdução, estabelecimento ou disseminação de pragas; ou (iv) para prevenir ou limitar outros prejuízos, no território de um país, decorrentes da introdução, estabelecimento ou disseminação de pragas. Constam das medidas sanitárias ou fitossanitárias todas as leis, decretos, normas, requisitos e procedimentos pertinentes, inclusive, <i>inter alia</i> , critérios para produtos finais; processos e métodos de produção; testes, inspeção, certificação e procedimentos de aprovação; tratamentos de quarentena, inclusive requisitos pertinentes relacionados com o transporte de animais ou plantas ou com os materiais necessários para sua sobrevivência durante o transporte; disposições sobre métodos estatísticos pertinentes, procedimentos de amostragem e métodos de avaliação de risco; e procedimentos de embalagem e etiquetagem diretamente relacionados com a inocuidade dos alimentos.
<b>Pagamentos de deficiência em apoio à produção agrícola</b>	Políticas de complementação de um sistema de apoio aos preços em que o governo garantia que os produtores receberiam o preço fixo pretendido a cada ano. Nesse sistema, permite-se que os preços de mercado sejam determinados pela oferta e pela demanda. A diferença entre os preços de mercado e os preços pretendidos é compensada por um pagamento do governo diretamente aos produtores.
<b>Política Agrícola Comum da União Européia (PAC)</b>	A PAC define a política de agricultura da União Européia e abrange uma série de regras e mecanismos que regulam a produção, o comércio e o processamento dos produtos agrícolas na União Européia, dispensando crescente atenção ao desenvolvimento rural. A CAP é considerada uma das mais importantes áreas de política da União Européia.
<b>Produtos agrícolas geneticamente modificados</b>	Modificação das características genéticas de um microorganismo, planta ou animal mediante a inserção de um gene modificado ou de um gene de outra variedade ou espécie. Organismos geneticamente modificados (OGM) são em geral microorganismos projetados para serem usados como biopesticidas ou sementes geneticamente modificadas para proporcionar a uma planta maior resistência à instalação ou desenvolvimento de uma doença.
<b>Regime de salvaguardas especiais para produtos agropecuários</b>	Disposições do Acordo sobre Agricultura da Rodada Uruguai (OMC) destinadas à proteção de produtos sujeitos a tributação decorrente de aumentos nas importações ou de grandes reduções de preço .
<b>Subsídios à exportação de produtos agrícolas</b>	Subsídios de exportação são incentivos especiais concedidos pelos governos a produtos destinados a mercados estrangeiros a fim de incentivar maior volume de vendas para o exterior. Os subsídios de exportação referem-se, por conseguinte, a subsídios que são dependentes do desempenho das exportações. Em geral tomam a forma, por exemplo, de pagamentos em dinheiro, ofertas de estoques do governo por preços inferiores aos do mercado, subsídios financiados por produtores ou processadores como resultado de ações do governo, tais como avaliações, subsídios para comercialização, subsídios para transporte e frete e subsídios para mercadorias, na dependência de sua incorporação a produtos exportados.
<b>Taxas de exportação</b>	Taxas que incidem sobre produtos de exportação. Podem ser arrecadadas diretamente dos exportadores ou indiretamente por meio de um conselho governamental de comércio que paga aos produtores um preço inferior à cotação mundial. Desse modo, a taxa de exportação força o preço no país exportador abaixo do preço mundial até o montante da taxa.

## BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Acordo de reconhecimento mútuo</b>	Acordo formal entre duas Partes em que é assegurada a aceitação mútua com respeito às características dos sistemas normativos de cada uma das Partes nos termos estabelecidos no Acordo.
<b>Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC (Acordo OTC)</b>	Como parte do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, o Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC pretende assegurar que normas técnicas, padrões e procedimentos de testes e certificação não constituam obstáculos desnecessários ao comércio, reconhecendo aos países, ao mesmo tempo, o direito de adotar os padrões requeridos para o alcance de algum nível de proteção de seus objetivos legítimos.
<b>Acreditação</b>	Segundo a definição constante do ISO/IEC Guide 2:1996, é o procedimento em que o órgão competente reconhece oficialmente que uma entidade ou pessoa tem competência para executar determinadas tarefas. Trata-se de uma forma de determinar a competência de entidades ou pessoas para desenvolverem tipos específicos de testes, medições e calibrações que permitam o reconhecimento formal de entidades e órgãos competentes, atestando, dessa forma, a certeza de que o cliente terá acesso a serviços de teste e calibração confiáveis.
<b>Calibração</b>	Determinação, por avaliação ou comparação com determinado padrão, do valor correto de uma marcação em um instrumento de medição.
<b>Certificação</b>	Segundo a definição do ISO/IEC Guide 2:1996, é o procedimento em que uma terceira Parte certifica por escrito que um produto, processo ou serviço está em conformidade com os requisitos especificados.
<b>Certificado de conformidade</b>	Documento, rótulo, etiqueta ou placa de marca dado na entrega ao comprador, certificando a conformidade do produto, do processo ou do serviço com os padrões ou normas técnicas.
<b>Código de Boa Prática</b>	Figura como Anexo 3 do Acordo OTC/OMC; estabelece as disciplinas, inclusive as relacionadas com transparência, para a preparação, adoção e aplicação de padrões pelos órgãos padronizadores. A adesão ao Código de Boa Prática é voluntária e aberta a qualquer órgão padronizador, seja do governo central, seja do governo local, bem como a entidades padronizadoras não-governamentais e regionais.
<b>Comitê de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC</b>	Criado no contexto do Acordo OTC da OMC, tem por objetivo dar às Partes a oportunidade de periodicamente realizarem consultas entre si sobre qualquer questão relativa ao funcionamento do Acordo OTC da OMC ou à consecução de seus objetivos.
<b>Declaração de conformidade do fornecedor / Declaração de conformidade do fabricante</b>	Também conhecida como “auto-certificação”, a declaração de conformidade do fornecedor ou do fabricante é a forma de o fornecedor ou o fabricante declarar que seus produtos ou serviços atendem aos requisitos estabelecidos. Fornecedores e fabricantes baseiam esta declaração na sua confiança a respeito de seus sistemas de controle de qualidade da produção ou dos resultados de testes ou inspeções.
<b>Equivalência</b>	O reconhecimento de que o regulamento técnico ou os procedimentos de avaliação da conformidade de uma outra Parte cumprem os mesmos objetivos legítimos que o regulamento técnico ou os procedimentos de avaliação da conformidade de uma própria Parte, mesmo que isso seja alcançado por meios diferentes.
<b>Medidas de facilitação do comércio</b>	Ações realizadas com o propósito de facilitar o acesso a mercados de produtos e serviços comercializados em áreas do âmbito de um acordo de comércio. Essas ações compreendem as seguintes, <i>inter alia</i> : disposições para agilizar e simplificar os procedimentos de avaliação da conformidade, certificação ou acreditação de laboratórios.

### *Barreiras Técnicas ao Comércio*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Metrologia</b>	Ciência dos pesos e medidas. Na área do comércio, a metrologia compreende todos os procedimentos técnicos relacionados com a manutenção da exatidão e reprodutibilidade internacional dos instrumentos de medição e com todos os procedimentos implementados a fim de especificar e assegurar a qualidade e credibilidade das medições referentes a controles oficiais, comércio, saúde, segurança e meio ambiente.
<b>Metrologia científica</b>	Área da metrologia que trata da organização e do desenvolvimento dos padrões de medição e sua manutenção.
<b>Metrologia industrial</b>	Área da metrologia que trata de assegurar a exatidão dos instrumentos usados e das medições realizadas.
<b>Metrologia legal</b>	Área da metrologia que trata da regulamentação dos instrumentos de pesos e medidas usados nas transações comerciais.
<b>Objetivos legítimos</b>	O Acordo OTC da OMC especifica que as regras técnicas não podem restringir o comércio mais que o necessário para alcançar um objetivo legítimo. Tais objetivos legítimos são, <i>inter alia</i> : requisitos de segurança nacional; prevenção de práticas enganosas; proteção da saúde ou da segurança humana, da vida ou da saúde animal ou vegetal, ou do meio ambiente. Na avaliação de riscos, os elementos relevantes a considerar são, <i>inter alia</i> : informação científica e técnica disponível, tecnologias de produção conexas ou uso final previsto das mercadorias.
<b>Obstáculos técnicos ao comércio (OTC)</b>	Um padrão ou uma norma técnica ou um procedimento para avaliar a conformidade aos padrões ou normas técnicas pode converter-se em obstáculo técnico ao comércio, se sua aplicação impedir o comércio internacional, em vez de buscar o alcance de um objetivo legítimo.
<b>Padrão</b>	Documento aprovado por órgão competente que estabelece, para uso comum e recorrente, regras, diretrizes ou características de bens ou serviços, bem como procedimentos e métodos de produção conexas. Em geral, os padrões são definidos por consenso em comitês técnicos de especialistas; não há obrigação de concordância.
<b>Ponto de contato</b>	Ponto focal, estabelecido no Acordo sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC, em que outros países Partes da OMC podem solicitar e obter informação e documentação sobre normas, regulamentos técnicos e procedimentos de avaliação da conformidade de determinada Parte, adotados ou por adotar, bem como sobre a participação em acordos bilaterais ou multilaterais relacionados a padrões, organismos padronizadores internacionais ou regionais e sistemas de avaliação da conformidade.
<b>Procedimentos de avaliação da conformidade</b>	Procedimentos técnicos, tais como testes, verificações e certificações, destinados a determinar se o bem ou os serviços se ajustam aos regulamentos técnicos ou às normas aplicáveis.
<b>Rastreabilidade</b>	Referindo-se a padrões metrológicos, é a propriedade do resultado de uma medição ou avaliação de um padrão que permite estabelecer uma relação com certos parâmetros, geralmente nacionais ou internacionais, mediante uma cadeia contínua de comparações nas quais são determinadas todas as incertezas. A rastreabilidade é a propriedade com a qual a comparabilidade e a confiabilidade dos resultados estão asseguradas.
<b>Regulamento técnico</b>	(Algumas vezes também referido como “padrão obrigatório” ou “padrão compulsório”). Documento no qual são estabelecidas as características de um produto ou dos procedimentos e métodos de produção conexas, incluindo as cláusulas administrativas apropriadas, cuja observância é obrigatória. Diferentemente dos padrões voluntários, as normas técnicas são estabelecidas pelos governos e são compulsórias.

**COMPRAS GOVERNAMENTAIS**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Abertura pública das ofertas</b>	A data, a hora e o local formalmente fixados em que as ofertas lacradas, solicitadas pelo órgão pertinente, serão abertas, anunciadas e colocadas à disposição do público para exame.
<b>Acordo sobre Compras Governamentais</b>	Acordo plurilateral negociado durante a Rodada de Tóquio a fim de assegurar que as compras governamentais de bens e a contratação de serviços no comércio internacional tenham por base normas específicas e publicadas, dispondo sobre procedimentos públicos para a apresentação de ofertas; imprimir maior transparência às práticas de compra nacionais; e garantir o recurso eficaz aos processos de solução de controvérsias. Esse acordo foi renegociado durante a Rodada Uruguai e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1996.
<b>Adjudicação</b>	Aceitação formal da oferta ou proposta de um fornecedor por um órgão governamental. Este, a seguir, geralmente emite uma ordem de compra à parte vendedora formalizando a adjudicação.
<b>Apresentação limitada de ofertas/Contratação direta</b>	Contratação com um fornecedor cuja seleção não foi objeto de licitação.
<b>Compras governamentais</b>	Procedimento formal mediante o qual órgãos do governo obtêm mercadorias e serviços, inclusive serviços de construção ou obras públicas. Também compreende todas as funções pertinentes à aquisição de quaisquer mercadorias e à contratação de serviços ou de serviços de construção, inclusive a descrição de requisitos, a seleção e solicitação de fornecedores, a avaliação das ofertas, a preparação e adjudicação do contrato, a solução de controvérsias e reclamações e todas as fases da administração de um contrato. Na linguagem do GATT, compras governamentais significam o processo mediante o qual um governo obtém mercadorias ou serviços, ou uma combinação de ambos, ou passa a ter seu uso, para fins próprios e não para venda ou revenda comercial ou para utilização na produção ou no fornecimento de mercadorias ou serviços destinados à venda ou revenda comercial.
<b>Disposições sobre transparência</b>	Disposições relativas a procedimentos não exclusivos sobre o anúncio preliminar e a divulgação de informação acerca de uma licitação; a definição e divulgação de critérios para os licitantes potenciais; o estabelecimento de prazos e diretrizes para a elaboração e apresentação de ofertas; as informações sobre o procedimento de adjudicação em vigor; a definição e divulgação dos critérios para a avaliação da qualidade e competitividade de uma oferta, e a disponibilidade de vias para a impugnação de determinadas adjudicações.
<b>Documentos de licitação</b>	Conjunto de documentos emitidos por um órgão governamental nos quais se definem o objeto da licitação (as especificações técnicas), as condições contratuais propostas e o processo de licitação a ser seguido. Trata-se, em sentido mais amplo, do conjunto de documentos que dispõem as condições contratuais a serem estabelecidas entre o fornecedor ou contratante e esse órgão.
<b>Edital (Solicitação)</b>	Procedimento utilizado para informar sobre os requisitos de compra e solicitar ofertas de fornecedores interessados.
<b>Especificação técnica</b>	Especificação das características das mercadorias a serem compradas ou de seus processos e métodos de produção, ou as características dos serviços a serem contratados ou de seus métodos de operação, inclusive as disposições administrativas aplicáveis, e o requisito relativo aos procedimentos de avaliação da conformidade prescritos por uma entidade. A especificação técnica pode ainda constar ou tratar exclusivamente de terminologia, símbolos, embalagem, exigências de marcação ou rotulagem aplicáveis a uma mercadoria, processo, serviço ou produção ou método operacional.

## Compras Governamentais

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Licitação aberta</b>	Também chamada de “licitação pública”, é o processo formal, público e de concorrência durante o qual são solicitadas, recebidas e avaliadas as ofertas para o fornecimento de mercadorias ou serviços, com vistas à adjudicação, finda esta etapa, do respectivo contrato ao licitante que houver satisfeito as condições especificadas no edital. Compreende uma série de etapas, atos ou passos que devem obedecer às regras prescritas nos documentos licitatórios. Esse processo consta do seguinte: (i) um convite público dirigido a todos os possíveis interessados na apresentação de ofertas, seguido de (ii) uma etapa de avaliação para a seleção da oferta mais vantajosa para o licitador e, finalmente, (iii) a adjudicação do respectivo contrato.
<b>Licitação seletiva</b>	Processo semelhante ao da licitação aberta/pública, exceto pelo fato de os convites para a apresentação de ofertas não serem formulados ao público em geral, mas somente a empresas selecionadas pelo órgão encarregado da compra. Via de regra, utilizam-se os mesmos procedimentos da licitação pública. Este método pode incluir uma pré-qualificação, que é a etapa do processo de licitação em que o órgão licitador inicialmente seleciona as empresas às quais se enviará posteriormente um convite para a licitação.
<b>Limiares</b>	Na maioria das legislações nacionais, a decisão acerca do tipo de licitação aplicável a determinada compra tem por base o valor desta. Os limiares variam com frequência em relação a mercadorias, serviços e obras públicas. Alguns acordos internacionais adotam limiares para determinar a contratação de compra sujeita às disposições do Acordo.
<b>Oferta</b>	Oferta ou proposta de fornecimento de mercadorias e/ou serviços em resposta à licitação aberta por um órgão governamental.
<b>Órgãos encarregados de compras</b>	Órgãos governamentais que obtêm mercadorias e serviços mediante procedimentos sujeitos às disposições sobre compras constantes do Acordo. As Partes poderão não sujeitar todas as entidades às regras do Acordo e abrir exceções no caso geralmente de órgãos de setores sensíveis e dos que implementam programas especiais.
<b>Procedimentos de contratação/compra</b>	As compras governamentais se processam por várias modalidades ou por licitação. Há três principais tipos de licitação: aberta (ou não limitada), seletiva (restrita a categorias pré-selecionadas de fornecedores convidados a apresentar ofertas) e limitada (ou negociada), inclusive licitação individual, de fornecedor único ou exclusivo, ou direta. Além dos procedimentos formais de licitação, as Partes também utilizam métodos “informais”, tais como as solicitações de propostas e pedidos de cotações (em que os setores de compras procuram obter propostas técnicas e de custos pormenorizadas, com base nas quais negociam com os fornecedores potenciais), ou os métodos de compra inovadores, tais como cartões de compra ou catálogos eletrônicos, surgidos do uso crescente pelas administrações nacionais de tecnologias da informação e comunicação.
<b>Requisitos de desempenho</b>	Condições especiais que órgãos governamentais impõem aos licitantes, nas quais às vezes se exige o compromisso de que determinadas aquisições sejam feitas localmente ou a garantia do emprego de certo percentual de mão-de-obra e administração locais. <i>Ver Investimento, à página 30, e Tarifas e Medidas Não-Tarifárias, à página 48, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

**DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Atores</b>	Artistas, cantores, músicos, dançarinos e outras pessoas que atuam, cantam, representam, declamam, interpretam obras literárias ou artísticas e expressões de folclore ou delas participam.
<b>Autor</b>	Pessoa física que cria uma obra literária ou artística.
<b>Bens com direitos de autor pirateados</b>	Todo bem copiado direta ou indiretamente de outro sem o consentimento do obtentor do respectivo direito ou de pessoa por este devidamente autorizada no país de produção, caso essa reprodução tenha constituído violação de um direito de autor ou de um direito conexo nos termos da lei do país importador.
<b>Bens de marca falsos</b>	Todo bem, inclusive a embalagem, que apresente, sem autorização, uma marca idêntica à marca registrada licitamente para tal bem, ou que não possa ser diferenciada, em seus aspectos essenciais, dessa marca registrada, e que, portanto, infringe os direitos do proprietário da marca registrada em questão, conforme as leis do país de importação.
<b>Biodiversidade</b>	Variabilidade entre organismos vivos oriundos de todas as fontes, inclusive, <i>inter alia</i> , os ecossistemas terrestres e marinhos e outros ecossistemas aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais tais organismos são parte; isso inclui a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.
<b>Concorrência desleal</b>	Todo ato contrário às práticas comerciais honestas. Incluem-se neste caso, no mínimo, os atos de ruptura de contrato, a perda de confiança e a indução à mesma, bem como a aquisição por terceiros de informação não divulgada de que estes tivessem conhecimento ou a sua flagrante negligência ao desconhecer o envolvimento de uma prática desonesta nessa aquisição.
<b>Conhecimento tradicional</b>	Obras literárias, artísticas ou científicas, representações, invenções, descobertas científicas, desenhos, marcas, nomes e símbolos, informação não divulgada e todas as demais inovações e criações baseadas na tradição resultantes da atividade intelectual nos campos industrial, científico, literário ou artístico. A expressão “baseadas na tradição” refere-se a sistemas de conhecimento, criações, inovações e expressões culturais transmitidos em geral pelas sucessivas gerações e vistos comumente como pertencentes a determinado povo ou a seu território; esses sistemas estão em permanente evolução, em resposta a um meio ambiente em processo de mudança. As categorias de conhecimento tradicional poderiam compreender o seguinte: conhecimento agrícola, conhecimento científico, conhecimento técnico, conhecimento ecológico, conhecimento medicinal, inclusive medicamentos e remédios, e conhecimento relacionado à biodiversidade.
<b>Desenho industrial</b>	Feição ornamental ou estética de um bem que pode revestir aspectos tridimensionais, como no caso do formato ou da superfície de um bem, ou aspectos bidimensionais, constantes de motivos, linhas ou cores. Os desenhos industriais são aplicados numa ampla gama de produtos industriais e artesanais: desde instrumentos técnicos e médicos até relógios, jóias e outros artigos de luxo; desde artigos de uso doméstico e aparelhos elétricos até veículos e estruturas de arquitetura; desde desenhos de têxteis até artigos para o lazer. A fim de contar com a proteção da maioria das leis nacionais, um desenho industrial deve ter apelo visual. Isso significa que ele reveste essencialmente uma natureza estética e não confere qualquer proteção às características técnicas do artigo ao qual é aplicado.



## *Direitos de Propriedade Intelectual*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Direito de autor</b>	Termo jurídico que descreve os direitos conferidos aos autores de obras literárias e artísticas por seu trabalho. Os criadores originais de obras protegidas pelo direito de autor, bem como seus herdeiros, gozam de determinados direitos fundamentais. Assiste-lhes o direito exclusivo de usar ou autorizar terceiros a usar sua obra sob condições acordadas. O direito de autor e seus direitos conexos são essenciais à criatividade humana, ao proporcionar aos autores de obras incentivos sob a forma de reconhecimento e de justa retribuição financeira. Sob esse sistema de direitos, assegura-se aos autores de obras que estas poderão ser divulgadas sem correrem o risco de que delas se faça uma cópia não autorizada ou pirata. Isso contribui, por sua vez, para maior acesso à cultura, ao conhecimento e ao entretenimento em todo o mundo, bem como para aprimorá-los.
<b>Direitos conexos</b>	Os direitos conexos ao direito de autor expandiram-se rapidamente nos últimos 50 anos. Havendo crescido <i>em torno</i> de obras protegidas pelo direito de autor, eles vêm conferindo direitos semelhantes, ainda que freqüentes vezes mais limitados e de duração mais curta, (i) aos artistas cênicos (como atores e músicos) sobre seus desempenhos; (ii) aos produtores de gravações sonoras (fitas cassete gravadas e discos compactos, por exemplo) sobre suas gravações; (iii) às organizações de radiodifusão, sobre seus programas de rádio e televisão.
<b>Direitos de geneticista</b>	A essência do fitomelhoramento são a descoberta ou criação de variedade genética de uma espécie vegetal e a seleção a partir dessa variedade portadora de traços desejáveis aptos a serem herdados de maneira estável. As seleções finais de plantas superiores feitas por geneticistas constituirão a base de uma ou mais variedades vegetais. Eles se valem do acervo de tecnologia disponível tanto para criar uma variedade genética como para selecionar a partir dessa variedade.
<b>Direitos de propriedade intelectual</b>	Direitos conferidos às pessoas por suas criações intelectuais, os quais geralmente lhes asseguram o uso exclusivo de sua criação durante determinado tempo.
<b>Direitos econômicos</b>	Muitas obras de criação protegidas pelo direito de autor requerem ampla distribuição, comunicação e investimento financeiro para serem divulgadas (por exemplo, publicações, gravações e filmes); por conseguinte, seus autores vendem com freqüência os direitos que detêm sobre suas obras a pessoas ou empresas dotadas de melhores condições para comercializá-las. Os pagamentos consequentes, condicionados com freqüência ao uso efetivo da obra, são chamados de <i>royalties</i> . Em conformidade com os tratados da OMPI aplicáveis, os direitos econômicos vigem pelo prazo de 50 anos após o falecimento do autor da obra. A legislação nacional pode estabelecer prazos mais longos. Esses limites permitem tanto aos autores como a seus herdeiros auferir benefícios financeiros durante um período razoável de tempo.
<b>Direitos morais</b>	A proteção do direito de autor também inclui os direitos morais que envolvem o direito à reivindicação da autoria de uma obra e o de oposição a que nela se introduzam mudanças que prejudicariam a reputação de seu autor.
<b>Expressões do folclore</b>	Produções constantes de elementos característicos da herança artística tradicional desenvolvida e preservada por uma comunidade ou por pessoas, as quais refletem as perspectivas artísticas tradicionais dessa comunidade sob a forma especialmente de (i) expressões verbais, como lendas, poesias folclóricas e cancionário; (ii) expressões musicais, como canções folclóricas e música instrumental; (iii) expressões corporais, como danças folclóricas, peças teatrais e coreografias ou rituais artísticos, reduzidas ou não a forma material, e (iv) expressões tangíveis, como (a) produções de arte folclórica, sob a forma especialmente de desenhos, pinturas, gravuras, esculturas, cerâmica, terracota, mosaico, entalhe, peças de metal, ourivesaria, cestaria, bordados, têxteis, tapetes e trajes típicos; (b) instrumentos musicais; e (c) formas arquitetônicas.

## *Direitos de Propriedade Intelectual*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Indicações geográficas</b>	Sinais que distinguem mercadorias que têm uma origem geográfica específica e possuem qualidades ou reputação que se devem ao seu lugar de origem. Na maioria das vezes, a indicação geográfica consiste no nome do lugar de origem das mercadorias. Os produtos agrícolas possuem tipicamente qualidades derivadas de seu lugar de produção e influenciadas por fatores locais específicos, como o clima e o solo. O fato de um sinal funcionar como indicação geográfica é matéria de lei nacional e de percepção do consumidor (por exemplo, “champagne”, “tequila” ou “roquefort”).
<b>Leiaute-projeto/topografia de circuitos integrados</b>	Disposição tridimensional dos elementos e de algumas ou da totalidade das interconexões de um circuito integrado.
<b>Licença compulsória</b>	O Acordo TRIPS permite que as Partes autorizem o uso de uma patente por terceiras Partes (licenças compulsórias) ou para fins públicos não comerciais (uso pelos governos), independentemente da autorização de seu obtentor. O Acordo TRIPS prevê uma série de condições a serem satisfeitas para salvaguardar os interesses legítimos do obtentor da patente. As principais condições dispõem, como regra geral, que se faça preliminarmente um esforço no sentido da obtenção de uma licença voluntária em termos comerciais e condições razoáveis e que a remuneração paga ao obtentor do respectivo direito seja adequada às circunstâncias de cada caso, tendo presente o valor econômico da licença.
<b>Licença contratual</b>	Permissão de uso dos direitos de uma propriedade intelectual sob condições definidas.
<b>Marca registrada</b>	Sinal distintivo que identifica certas mercadorias ou serviços como os produzidos ou proporcionados por determinada pessoa ou empresa. Sua origem remonta aos tempos antigos em que artesãos reproduziam suas assinaturas ou “marcas” em seus produtos artísticos ou utilitários. Com o passar dos anos essas marcas evoluíram para o sistema atual de marcas registradas e protegidas. Este ajuda os consumidores a identificar e adquirir um produto ou serviço porque a natureza e a qualidade destes, indicadas por sua marca registrada singular, atendem às suas necessidades.
<b>Marcas notoriamente conhecidas</b>	Marca de elevado conceito que recebe proteção especial em virtude de sua reputação que ultrapassa determinado mercado, setor ou país.
<b>Material genético</b>	Todo material vegetal, animal, microbiano ou de outra origem que contenha unidades de hereditariedade funcionais.
<b>Modelo de utilidade</b>	Patentes ou certificados concedidos no campo da mecânica em muitos países em desenvolvimento que diferem das invenções pelo fato de requererem menor nível de avanço tecnológico (fase de invenção) e terem um prazo de proteção mais curto.
<b>Nome de domínio</b>	Endereço na Internet previsto para ser facilmente identificável e memorizável, como, por exemplo, <i>yahoo.com</i> . Os endereços eletrônicos de fácil aplicação ajudam a conectar computadores – e pessoas – à Internet. Por serem fáceis de memorizar e usar, os nomes de domínio tornaram-se identificadores de negócios e até mesmo, cada vez mais, marcas registradas, como <i>amazon.com</i> . Ao usar marcas registradas como nomes de domínio – <i>sony.com</i> , por exemplo –, os negócios atraem clientes potenciais para suas páginas eletrônicas.
<b>Obras literárias e artísticas</b>	Os tipos de obra que o direito de autor cobre compreendem trabalhos literários, como romances, poemas, peças teatrais, obras de referência, jornais e programas de computação; bases de dados, filmes, peças musicais e coreografia; trabalhos artísticos, como pinturas, desenhos, fotografias e escultura; arquitetura; e anúncios publicitários, mapas e desenhos técnicos.

### *Direitos de Propriedade Intelectual*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Patente</b>	Direito exclusivo conferido em virtude de uma invenção representada por um produto ou um processo que proporcione uma nova forma de produção de alguma coisa ou ofereça uma nova solução técnica para um problema. Proteção de patente significa que a invenção não poderá ser comercialmente produzida, usada, distribuída ou vendida sem o consentimento de seu obtentor. As patentes proporcionam incentivos às pessoas ao lhes propiciar reconhecimento por sua criatividade e retribuição material por suas invenções comercializáveis. Todos os obtentores de patente obrigam-se, em troca da proteção de sua criação, a divulgar publicamente informações sobre sua invenção a fim de enriquecer o acervo de conhecimento técnico no mundo.
<b>Prioridade</b>	Direito que assiste a toda pessoa que houver devidamente solicitado a concessão de uma patente ou o registro de um modelo de utilidade, de um desenho industrial ou de uma marca registrada, em algum dos países da União de Paris, a ter prioridade na formulação de igual solicitação em qualquer outro país Parte dessa União antes da expiração do prazo de doze meses, no caso das patentes e modelos de utilidade, e de seis meses, no dos desenhos industriais e marcas registradas. Esses prazos são contados a partir da data da primeira solicitação. Por conseguinte, o pedido feito subsequente em qualquer dos demais países Partes da citada União antes da expiração dos prazos acima mencionados não será invalidado em virtude de quaisquer atos realizados nesse ínterim, especialmente os de outra solicitação de registro, publicação ou exploração da invenção, colocação à venda de cópias do desenho ou uso da marca, não podendo tais atos gerar qualquer direito de terceiros ou qualquer direito à posse pessoal.
<b>Produtor de fonogramas</b>	Pessoa física ou entidade jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade de fixar preliminarmente os sons de um espetáculo ou outros sons, ou as representações de sons; “fonograma” significa a fixação dos sons de um espetáculo ou de outros sons, ou de uma representação de sons sob outras formas que não a de uma fixação incorporada a um trabalho cinematográfico ou de outra forma audiovisual.
<b>Recursos biológicos</b>	Recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas que são, para a humanidade, de uso e valor efetivo ou potencial.
<b>Recursos genéticos</b>	Material genético de valor real ou potencial.

## INVESTIMENTO

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Centro Internacional de Solução de Controvérsias Relativas a Investimento (ICSID)</b>	Estabelecido em 1966 no âmbito da Convenção sobre a Solução de Controvérsias Relativas aos Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados (Convenção ICSID). Esse Centro oferece facilidades para a conciliação e arbitragem de controvérsias entre países Partes e investidores que se qualifiquem como nacionais de outros países Partes. Todos os Estados Contratantes do ICSID devem reconhecer e aplicar os laudos de arbitragem por ele emitidos.
<b>Compensação por perdas</b>	Em princípio, os acordos de investimento não exigem que um Estado pague compensação caso um investidor de outra Parte sofra perdas na Parte recebedora do investimento em virtude de guerra ou conflito armado, lutas civis, estado de emergência ou situações semelhantes. A maioria dos acordos prevê, entretanto, tratamento nacional e de nação mais favorecida em relação a qualquer medida que um país Parte adote ou mantenha relativamente a essas perdas.
<b>Denegação de benefícios</b>	Um país Parte em um acordo de comércio ou de investimento poderá denegar os benefícios do Acordo a um investidor de outro país Parte que for uma empresa deste último, bem como a investimentos desse investidor, no caso de investidores de um país não-Parte serem proprietários dessa empresa ou exercerem seu controle e se o país Parte que denegar os benefícios não mantiver relações diplomáticas com o país não-Parte; ou se adotar ou manter medidas em relação ao país não-Parte ou a um investidor deste que proibiriam transações com a empresa em questão ou que seriam violadas ou cerceadas, caso os benefícios do Acordo fossem concedidos a essa empresa ou a seus investimentos. <i>Ver Serviços, à página 39, em que esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Exceções gerais</b>	Os acordos de investimento comumente prevêem exceções gerais aplicáveis a todas as Partes do Acordo e que as isentam das suas disposições. Essas exceções referem-se, via de regra, a medidas em favor da segurança nacional, da ordem pública e da paz e segurança internacional.
<b>Expropriação</b>	Os acordos de investimento contêm uma disposição que proíbe um país Parte de nacionalizar ou desapropriar direta ou indiretamente um investimento feito por investidor de outro país Parte, salvo se tiver o propósito de atender a uma finalidade pública, numa base não-discriminatória conforme o devido processo legal e em pagamento de compensação. Em um contexto internacional, ocorre expropriação direta quando o Estado recebedor confisca propriedade de um investidor estrangeiro nele localizada, havendo no caso privação de riqueza atribuível ao Estado. São pouquíssimos os casos de expropriação indireta no nível internacional porque, no âmbito do direito consuetudinário internacional, um Estado não é responsável pela perda de propriedade ou por outra desvantagem econômica resultante de tributação geral <i>bona fide</i> , de regulação, de confisco por motivo de crime ou de outra ação dessa natureza. Ao Estado assiste a faculdade de tomar medidas, no interesse público, sem ter de pagar compensação, ainda que os interesses dos proprietários individualmente considerados possam ser adversamente afetados.
<b>Investimento de carteira</b>	Ações, estoques ou outras formas de participação no patrimônio de uma empresa.
<b>Investimento estrangeiro direto</b>	Compreende atividades controladas e organizadas por empresas (ou grupos de empresas) localizadas fora do país em que têm sede e onde se encontram os principais responsáveis pela tomada de decisões. No contexto do setor manufatureiro, é convencionalmente considerado em função das operações da filial ou companhia subsidiária controladas por sua matriz sediada em outro país.
<b>Lista negativa</b>	Segundo o critério de lista negativa, todos os setores e medidas que têm relação com investimento devem ser liberalizados, a menos que se especifique o contrário em anexos contendo reservas ou uma lista de medidas desconformes.

## *Investimento*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Manutenção da situação vigente</b>	No contexto deste princípio, os países Partes de um acordo de comércio ou investimento obrigam-se a manter o <i>statu quo</i> em relação às medidas e práticas vigentes desconformes com uma série de obrigações, tais como as de tratamento nacional e Tratamento de Nação Mais Favorecida. Os países Partes comprometem-se a não introduzir legislação nova que contrarie essas obrigações. Esse princípio não é, entretanto, aplicável às exceções gerais (por exemplo, a segurança nacional), a qualquer derrogação temporária (por exemplo, o balanço de pagamentos) ou a quaisquer exceções (reservas) relativamente a futuras medidas tomadas por esses países Partes.
<b>Mecanismo de retenção</b>	Alguns acordos de comércio e investimento incluem este mecanismo mediante o qual toda medida de liberalização adotada por um país Parte não pode ser substituída por novas medidas mais restritivas.
<b>Mecanismo de solução de controvérsia entre investidor e Estado</b>	Os acordos de investimento geralmente prevêem mecanismos de solução de controvérsia entre investidor e Estado que permitem ao investidor de um país Parte procurar ressarcimento de outro país Parte. Na maioria desses acordos, o investidor pode optar entre a jurisdição local e a arbitragem internacional. Em alguns deles, esta escolha é definitiva a fim de evitar processos simultâneos e decisões contraditórias. Um investidor litigante poderá submeter uma reclamação a arbitragem, segundo normas específicas nessa matéria, como, por exemplo, a Convenção ICSID, as Regras de Facilitação Complementares do ICSID ou as Regras de Arbitragem da UNCITRAL. Vale ressaltar que o objetivo de um mecanismo de solução de controvérsia entre investidor e Estado é despolitizar as demandas em matéria de investimento e inseri-las na esfera da arbitragem internacional.
<b>Medidas desconformes</b>	Leis, regulamentos, procedimentos, requisitos ou práticas que violem certos artigos do acordo de investimento. A lei, por exemplo, que proíba um investidor de outro país Parte de ser proprietário de uma indústria não está acorde com o artigo sobre tratamento nacional.
<b>Nível mínimo de tratamento</b>	Conceito encontrado em vários acordos de investimento. Significa que o país receptor do investimento dispensará aos investimentos de investidores estrangeiros tratamento consentâneo com as normas internacionais consubstanciadas no padrão mínimo do direito consuetudinário internacional. De modo geral, os Estados falhariam em atender ao padrão mínimo de tratamento caso seus atos importassem em desmando, má-fé ou insuficiência de ação governamental, que até o momento carecesse de padrões internacionais e fosse prontamente reconhecida por qualquer pessoa criteriosa e imparcial.
<b>Normas de Arbitragem <i>ad hoc</i> da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL)</b>	No âmbito do mecanismo de solução de controvérsias entre investidor e Estado, um investidor poderá submeter uma reclamação a arbitragem nos termos de normas de arbitragem específicas, tais como as de arbitragem <i>ad hoc</i> da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional.
<b>Pessoal chave</b>	Expressão que tem gerado muitas interpretações porque nela estão incorporadas duas dimensões: a liberdade de contratação e o ingresso temporário. A liberdade de contratação refere-se ao direito que assiste ao investidor de empregar pessoal no país receptor do investimento para o exercício de altas funções gerenciais, independentemente de sua nacionalidade ou cidadania. O ingresso temporário de pessoal chave refere-se ao direito conferido ao investidor de ingressar no país receptor do investimento ou de para ele levar pessoal chave indispensável a determinada operação desse investimento. Esse pessoal fica subordinado às leis de imigração e às leis e normas em matéria de ingresso, permanência e trabalho de pessoas físicas.

## *Investimento*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Pós-estabelecimento</b>	Medida relacionada com a operação de um investimento. Assegura que os investidores estrangeiros e seus investimentos (os de outro país Parte no acordo de comércio ou investimento), uma vez estabelecidos ou admitidos, recebam, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado aos investidores domésticos e a seus investimentos (tratamento nacional) ou a quaisquer outros investidores estrangeiros e a seus investimentos (Tratamento de Nação Mais Favorecida).
<b>Pré-estabelecimento</b>	Ingresso de investimentos e investidores de uma Parte (país Parte de um acordo de comércio ou investimento) no território de outra Parte. Cada Parte permite aos investidores de outras Partes realizar investimento em seu território em termos não menos favoráveis do que os aplicáveis a investidores domésticos (tratamento nacional) ou a investidores de terceiras Partes (Tratamento de Nação Mais Favorecida). No caso da disposição sobre requisitos de desempenho, o pré-estabelecimento diz respeito à proibição da imposição de determinadas exigências de desempenho como uma condição para a efetivação de um investimento. O pré-estabelecimento raras vezes é concedido sem exceções, dado que todo país possui setores sensíveis nos quais não se permite investimento estrangeiro. De fato, as Partes em um acordo de comércio ou investimento geralmente relacionam uma série de medidas (por exemplo, leis e regulamentos) ou setores inteiros aos quais o pré-estabelecimento (livre ingresso de investimentos e investidores) não é aplicável.
<b>Regras de Facilitação Complementares do ICSID</b>	A Secretaria do ICSID vem, desde 1978, administrando certos tipos de processo entre Estados e nacionais de outros Estados que extrapolam o âmbito da Convenção ICSID. Incluem-se neste caso os processos de conciliação e arbitragem em que o Estado Parte ou o país de origem do nacional de outro Estado não seja membro do ICSID.
<b>Requisitos de desempenho</b>	Os aplicados pelas Partes a fim de influir no comportamento dos investidores. Dois tipos de exigências de desempenho têm sido tradicionalmente identificados: requisitos de desempenho obrigatórios e requisitos de desempenho baseados em incentivo. Os primeiros são condições ou exigências impostas nas fases de pré-estabelecimento e/ou pós-estabelecimento, isto é, para o estabelecimento e/ou a operação de um investimento. Os requisitos de desempenho baseados em incentivo são condições que um investidor deve satisfazer a fim de obter um subsídio ou incentivo governamental. <i>Ver Compras Governamentais, à página 23, e Tarifas e Medidas Não-Tarifárias, na página 48, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Reservas</b>	Limitações nos compromissos que os países Partes assumem no acordo de investimento. São específicas de cada Parte de um acordo de comércio ou investimento e impostas a um número limitado de disposições.
<b>Transferências</b>	A disposição sobre transferências constante de diversos acordos de investimento garante que todos os pagamentos relativos ao investimento de um investidor de outro país Parte poderão ser transferidos em moeda de livre conversibilidade ou corrente, à taxa de câmbio vigente no mercado na data dessa transferência. Em alguns casos, esses acordos prevêm limitações ou exceções, no tocante, por exemplo, a problemas com o balanço de pagamentos.
<b>Tratado Bilateral de Investimento (TBI)</b>	Primeiro tratado bilateral de investimento em tempos modernos, celebrado em 1959 entre a Alemanha e o Paquistão. Nas décadas seguintes, um número crescente de países europeus celebrou tais tratados com países em desenvolvimento. Vários países nas Américas vêm, desde a década de 1980, assinando um TBI com outro país da região. Esses tratados estabelecem tradicionalmente padrões para a promoção e a proteção jurídica de investimentos e investidores estrangeiros. Alguns acordos recentes incluem ainda, como um de seus aspectos, o livre ingresso de investimentos e investidores.

### *Investimento*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF)</b>	Princípio constante de acordos de comércio e investimento que garante a não-discriminação entre estrangeiros. Assegura que os investidores estrangeiros e seus investimentos (os de outro país Parte no acordo de comércio ou investimento) recebam, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado a qualquer outro investidor estrangeiro e a seus investimentos. <i>Ver Serviços, à página 41, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Tratamento nacional</b>	Princípio constante de acordos de comércio e investimento que garante a não-discriminação entre estrangeiros e nacionais. Assegura que os investidores estrangeiros e seus investimentos (os de outro país Parte no acordo de comércio ou investimento) recebam, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado aos investidores domésticos e a seus investimentos. <i>Ver Serviços, à página 41, e Tarifas e Medidas Não-Tarifárias, à página 48, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

**POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA**

<b>TERMOS</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Abuso de posição dominante</b>	Práticas comerciais anticompetitivas a que uma empresa dominante pode aderir a fim de manter ou aumentar sua posição no mercado. Essas práticas comerciais por parte de uma empresa, não sem controvérsia, são em geral consideradas “exploração abusiva ou imprópria” de controle monopolístico de um mercado que visa à concorrência restritiva. Embora possam incluir práticas como cobrança de preço excessivo, discriminação de preço, preços predatórios, recusa a negociar/vender, venda condicionada, etc., as práticas comerciais de diferente natureza consideradas abusivas variarão caso a caso e de Parte para Parte.
<b>Adulteração de licitação (Licitação fraudulenta)</b>	Forma particular de comportamento fraudulento de fixação de preços mediante o qual as empresas coordenam suas licitações de compra ou contratação de projetos. Há duas formas comuns de adulteração de licitação. Na primeira, as empresas acordam apresentar propostas comuns, desse modo eliminando a concorrência de preço. Na segunda, as empresas acordam qual delas oferecerá a menor cotação e se revezam de maneira que cada empresa vença um número acordado ou valor estabelecido de contratos.
<b>Barreiras à entrada</b>	Fatores que impedem ou detêm a entrada de novas empresas numa indústria, mesmo quando as empresas beneficiadas obtêm lucros excessivos. Há duas amplas classes de barreiras: estruturais (econômicas ou inocentes) e estratégicas (comportamentais). As barreiras estruturais decorrem de características industriais, tais como tecnologia, custos e demanda. As barreiras estratégicas decorrem do comportamento dos beneficiados.
<b>Bem-estar do consumidor</b>	Benefícios individuais decorrentes do consumo de bens e serviços. Teoricamente, o bem-estar individual é definido pela própria avaliação do indivíduo quanto a sua satisfação, em termos de preços e renda. A medição exata do bem-estar do consumidor requer, por conseguinte, informações sobre preferências individuais. Na prática, a economia do bem-estar aplicada usa a noção de renda do consumidor para medir o bem-estar do consumidor.
<b>Cartel</b>	Cartel é um acordo formal entre empresas numa indústria oligopolística. Os membros de um cartel em geral acordam quanto a assuntos tais como preços, resultado industrial total, cotas de mercado, alocação de clientes, alocação de territórios, adulteração de licitação, estabelecimento de agências comuns de venda e divisão de lucros ou uma combinação destes. Cartel nesse sentido amplo é sinônimo de formas “explícitas” de fraude, que não requerem necessariamente um acordo formal, seja público seja privado, entre seus membros. Os termos fraude e cartel são muitas vezes usados de maneira alternativa. Os cartéis são formados para o benefício mútuo das empresas que os constituem.
<b>Cooperação</b>	A cooperação na concorrência apresenta dois elementos principais: (i) disposições para facilitar a cooperação em casos específicos quanto a práticas anticompetitivas que exerçam impacto no comércio internacional; e (ii) disposições relacionadas com o intercâmbio geral de informações e experiências e análises conjuntas de questões globais de concorrência relativas ao comércio (“cooperação institucional” nos termos da OCDE).
<b>Cortesia positiva e negativa</b>	De acordo com o conceito de cortesia positiva, os casos que envolvam práticas anticompetitivas originárias de uma Parte, mas que afetem outra podem ser encaminhados ao órgão competente do país onde essas práticas se originaram para as medidas cabíveis. Princípios de cortesia negativa significam que os países (Partes) levariam em conta os interesses comerciais importantes e claramente definidos de outros países antes que sejam adotadas medidas em casos específicos.



**Política de Concorrência**

<b>TERMOS</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Eficiência</b>	Refere-se à maneira mais efetiva de utilização de recursos escassos. Distinguem-se em geral dois tipos de eficiência: o tecnológico (ou técnico) e o econômico (ou de alocação). Uma empresa costuma ser tecnologicamente mais eficiente do que outra se produzir o mesmo nível de resultado com uma determinada quantidade de insumos ou menos. A eficiência econômica ocorre quando os insumos são utilizados de modo que uma determinada escala de resultado seja obtida com o custo mínimo possível.
<b>Fidedignidade processual/ Devido processo</b>	No contexto multilateral, as disposições gerais sobre fidedignidade processual adotadas no nível doméstico baseiam-se em três conceitos centrais: (i) que as medidas governamentais de aplicação geral sejam publicadas e que isso seja feito, como regra, antes de sua aplicação; (ii) que essas medidas sejam administradas de maneira uniforme, imparcial e razoável ou de modo justo e equitativo; e (iii) que haja possibilidade de apelação ou revisão das decisões sobre a aplicação dessas medidas. Os diferentes grupos de execução das leis de concorrência têm de algum modo diferentes interesses na fidedignidade processual.
<b>Flexibilidade e progressividade</b>	No contexto multilateral, flexibilidade e progressividade são qualidades de um acordo internacional. Obter flexibilidade implica que o acordo-quadro reconhece que as leis de concorrência não podem e provavelmente não devem ser as mesmas em todos os países Partes; elas são diferentes em substância, bem como em procedimento. Progressividade refere-se ao compromisso com a concorrência - como período de transição - e provavelmente depende do nível do desenvolvimento econômico e do tamanho das economias.
<b>Fornecimento discriminatório</b>	Inclui o tratamento: (i) mais favorável a uma empresa matriz, subsidiária ou outra empresa de propriedade comum do que a uma empresa não filiada, ou (ii) mais favorável a um tipo de empresa do que a outro, em circunstâncias idênticas.
<b>Fusões e aquisições</b>	Fusão é uma incorporação ou junção de duas ou mais empresas numa empresa existente ou numa nova empresa. As fusões podem decorrer de vários motivos: aumentar a eficiência econômica, adquirir poder de mercado, diversificar, expandir a diferentes mercados geográficos, buscar sinergias financeiras e de P&D, etc. As fusões são classificadas em três tipos: fusão horizontal, fusão vertical e fusão por incorporação. Aquisição refere-se à obtenção da propriedade e controle por uma empresa, no todo ou em parte, de outra empresa ou entidade comercial. Diferentemente de uma fusão, uma aquisição não acarreta necessariamente incorporação ou consolidação das empresas.
<b>Leis de concorrência</b>	Também conhecidas como leis “antitruste” ou “antimonopólio”. Antitruste refere-se a um campo de leis e políticas econômicas relacionadas com monopólio e práticas monopolísticas. A base intelectual da economia ou da política antitruste é o subcampo da economia da organização industrial que considera questões decorrentes do comportamento de empresas que operam sob diferentes condições estruturais de mercado e seu efeito no desempenho econômico. A maioria das leis antitruste ou de concorrência incluem disposições relacionados com estrutura, tais como fusões, monopólio, posição dominante no mercado e concentração, bem como com comportamento, tais como fraudes, fixação de preços e preços predatórios.
<b>Mercado relevante</b>	Mercado geográfico e de produto para um bem ou serviço nos termos da análise antitruste. Refere-se à linha de comércio em que a concorrência foi restringida e à área geográfica envolvida, definida para incluir todos os bens ou serviços razoavelmente substituíveis, e todos os concorrentes próximos, para os quais os consumidores poderiam se voltar a curto prazo, se a restrição ou abuso elevasse os preços em montante não insignificante. <i>Ver Antidumping/Direitos Compensatórios, à página 45, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

**Política de Concorrência**

<b>TERMOS</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
<b>Monopólio</b>	Situação em que há um único vendedor no mercado. Na análise econômica convencional, o monopólio é considerado diametralmente oposto à concorrência perfeita. Por definição, a curva de demanda enfrentada pelo monopolista é a curva de demanda da indústria em declínio. Desse modo, o monopolista dispõe de poder considerável sobre o preço que pratica, ou seja, ele é um formador de preços em vez de um tomador de preços.
<b>Não-discriminação</b>	No contexto multilateral, há dois componentes do princípio da não-discriminação: tratamento nacional e Tratamento de Nação Mais Favorecida ( <i>Ver definição geral</i> ). No contexto da ALCA, o Capítulo sobre Política de Concorrência, quando se refere a cada Parte, se incumbe de assegurar que as disposições de suas leis e normas de concorrência não discriminem com base na nacionalidade das pessoas físicas ou jurídicas das Partes. <i>Ver também “Fidedignidade processual”, página 33.</i>
<b>Pessoa física (ou jurídica)</b>	Uma pessoa pode ser pessoa física (indivíduo) ou pessoa jurídica (entidade legal, por exemplo, uma corporação) perante a lei.
<b>Poder de mercado</b>	A capacidade de uma empresa (ou grupo de empresas) de aumentar e manter os preços acima do nível que prevaleceria na concorrência é chamada poder de mercado ou monopólio. O exercício do poder de mercado leva a resultado reduzido e perda do bem-estar econômico.
<b>Política de concorrência</b>	Inclui leis de concorrência além de outras medidas destinadas à promoção da concorrência na economia nacional, tais como normas setoriais e políticas de privatização. Também inclui a supervisão das políticas governamentais mediante a defesa da concorrência.
<b>Políticas e medidas regulatórias de mercado</b>	Qualquer norma que afete o preço ou as quantidades comercializadas num mercado relevante ou os investimentos no setor de atividade afetado por essas normas. Regulamentação do mercado: definido de maneira ampla como a imposição de normas pelo governo, com o respaldo de penalidades destinadas especificamente a modificar o comportamento econômico de indivíduos e empresas no setor privado.
<b>Práticas anticompetitivas</b>	Grande variedade de práticas comerciais a que uma empresa ou grupo de empresas pode aderir a fim de restringir a concorrência interempresarial para manter ou aumentar sua posição relativa no mercado e seus lucros, sem necessariamente fornecer bens e serviços a preços mais baixos ou de melhor qualidade. Essas práticas incluem fixação de preço e outros acordos de cartelização, abusos de uma posição dominante ou monopolização, fusões que limitam a concorrência e acordos verticais que excluem novos concorrentes do mercado.
<b>Proteção da confidencialidade</b>	A proteção de informação confidencial quanto à divulgação não autorizada é um aspecto fundamental da fidedignidade processual. O modo mais comum de resguardar a informação confidencial é mediante o estabelecimento da obrigação direta dos países (Partes) e autoridades de proteger essa informação e da proibição de divulgar informações confidenciais.
<b>Restrições à produção</b>	Acordos anticompetitivos – inclusive por meio de cotas/cartéis básicos – entre concorrentes a fim de competir com monopólios com o objetivo de auferir maiores lucros. Aplica-se a acordos de repartição do mercado freqüentemente em setores onde há capacidade excessiva ou onde o objetivo é aumentar os preços.
<b>Transparência</b>	Num sentido amplo, é o grau em que as políticas e práticas comerciais, bem como o processo mediante o qual são estabelecidas, são abertas e previsíveis. A transparência é um requisito básico para a execução da lei de concorrência; como tal, as leis são freqüentemente escritas num contexto geral e aplicadas de maneira técnica, caso a caso. No contexto da ALCA, o Capítulo sobre Política de Concorrência refere-se a que cada Parte se incumbe de publicar ou de outro modo tornar disponíveis quaisquer leis, regulamentos, normas processuais, diretrizes de implementação, decisões judiciais ou <i>quasi</i> judiciais ou normas administrativas de aplicação geral com relação a aspectos de concorrência. <i>Ver Serviços, à página 40, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

**PROCEDIMENTOS ADUANEIROS**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Administração aduaneira</b>	Órgão governamental responsável pela aplicação e controle do conjunto de medidas em vigor e por seu cumprimento a fim de assegurar a observância das leis e regulamentos que a alfândega deve obrigatoriamente aplicar.
<b>Admissão/importação temporária de mercadorias</b>	Procedimento aduaneiro que permite que certas mercadorias entrem no território aduaneiro, sendo condicionalmente dispensadas, no todo ou em parte, do pagamento de direitos e taxas de importação, quando importadas com fins determinados e para serem reexportadas dentro do prazo estabelecido, sem sofrer modificações, salvo a depreciação natural decorrente de seu tempo de vida útil.
<b>Bens de uso pessoal</b>	Bens (novos ou usados) de que o viajante poderá razoavelmente necessitar para seu uso pessoal durante a viagem, levadas em devida conta todas as circunstâncias desta, porém excluídas quaisquer mercadorias importadas ou exportadas para fins comerciais.
<b>Código de conduta</b>	Conjunto de regras aplicáveis aos agentes aduaneiros relativas a conduta, conflito de interesses e possíveis penalidades, bem como à ação disciplinar aplicável. <i>Ver Solução de Controvérsias, à página 42, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Despachante aduaneiro</b>	Qualquer terceira parte cuja atividade diz respeito à tomada de providências para a liberação de mercadorias.
<b>Direitos alfandegários</b>	Direitos fixados na tarifa aduaneira que incidem sobre as mercadorias na entrada e saída do território da alfândega.
<b>Exportação de mercadorias</b>	Procedimento aduaneiro aplicável a mercadorias que em condições de livre circulação deixam o território da alfândega e devem permanecer fora dele em caráter permanente.
<b>Garantia</b>	Segurança, a contento da alfândega, do atendimento de uma obrigação a ela devida. É descrita como “geral” quando assegura que as obrigações decorrentes de várias operações serão satisfeitas.
<b>Importação de mercadorias</b>	Procedimento aduaneiro que dispõe a livre entrada e circulação de mercadorias importadas no território da alfândega, uma vez que tenham sido pagos os direitos e taxas de importação devidos e cumpridas todas as necessárias formalidades aduaneiras.
<b>Infração aduaneira</b>	Qualquer violação ou tentativa de violação da lei aduaneira.
<b>Intercâmbio de dados eletrônicos</b>	Intercâmbio de dados eletrônicos entre sistemas de computação segundo um formato padrão.
<b>Legislação aduaneira</b>	Disposições estatutárias e regulatórias em matéria de importação, exportação, movimentação ou armazenagem de mercadorias cuja administração e implementação são da competência direta da alfândega, bem como toda regulamentação formulada pela alfândega consoante seus poderes estatutários.
<b>Liberação de mercadorias</b>	Cumprimento das formalidades necessárias para a liberação de mercadorias em conformidade com um procedimento aduaneiro.
<b>Manifesto de carga (Declaração de carga)</b>	Informação prestada antes ou no momento da chegada ou partida de um meio de transporte para efeitos comerciais, na qual são fornecidas as especificações exigidas pela alfândega relativas à carga trazida para seu território ou dele retirada.
<b>Operações aduaneiras</b>	Todas as operações que cabem às pessoas interessadas e à alfândega executar a fim de cumprir a lei aduaneira.
<b>Reimportação de mercadorias</b>	Procedimento aduaneiro que permite, sob determinadas condições, que mercadorias anteriormente exportadas retornem ao país, livres de direitos e taxas de importação.
<b>Trânsito aduaneiro</b>	Procedimento aduaneiro mediante o qual as mercadorias são transportadas de um depósito aduaneiro para outro sob controle da alfândega.
<b>Valoração aduaneira</b>	Valor aduaneiro que constitui a base para a aplicação das taxas aduaneiras.

## Regime de Origem

### REGIME DE ORIGEM

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Acumulação</b>	Dispositivo que permite, na determinação da origem de uma mercadoria, considerar insumos importados como originários, desde que provenham de outro país participante da zona de livre comércio. <i>Ver Antidumping/Direitos Compensatórios, à página 44, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Certificado de origem</b>	Documento emitido especificamente para certificar que uma mercadoria tem origem em país Parte de uma área de livre comércio.
<b>Contêineres e materiais de embalagem para embarque</b>	Mercadorias usadas para proteger outras mercadorias durante transporte, diferentes dos materiais de embalagem para venda a varejo.
<b>Custos de embarque e reembalagem</b>	Custos do transporte e reembalagem de uma mercadoria fora do território onde seu produtor ou exportador está localizado.
<b>Item tarifário</b>	Nível máximo de abertura na nomenclatura tarifária nacional; compõe-se geralmente de oito ou dez dígitos.
<b>Materiais indiretos</b>	Materiais utilizados na produção, verificação ou inspeção de mercadorias, às quais, entretanto, não estão fisicamente incorporados ou materiais usados na manutenção de prédios ou na operação de equipamento relacionado à produção de um bem.
<b>Mercadoria originária</b>	Mercadoria que, em virtude da satisfação dos requisitos do Regime de Origem, é considerada originária da Parte em que se realizou seu processo de produção, não obstante o fato de se haver usado insumos importados para produzi-la.
<b>Mercadorias fungíveis</b>	Mercadorias dotadas de propriedades essencialmente idênticas que são intercambiáveis para fins comerciais, para cujo efeito não é prático que se proceda à sua diferenciação mediante um simples exame visual.
<b>Mercadorias não originárias ou materiais não originários</b>	Mercadorias que não se qualificam como originárias nos termos do Regime de Origem estabelecido.
<b>Mudança de classificação tarifária</b>	Critério usado na determinação de origem que estipula a mudança na nomenclatura tarifária por que passa um insumo importado quando incorporado numa mercadoria final para que esta adquira a condição de originária. A mudança de classificação tarifária pode ser por Capítulo (os primeiros dois dígitos da nomenclatura tarifária), Posição (os primeiros quatro dígitos da nomenclatura tarifária) ou Subposição (os seis primeiros dígitos da nomenclatura tarifária).
<b>Produção integral</b>	A mercadoria que, além de não conter insumos importados, houver sido produzida ou obtida em sua totalidade em território de um país Parte de uma área de livre comércio.
<b>Regime de origem</b>	Conjunto completo de critérios que definem os requisitos a que as mercadorias devem atender a fim de serem consideradas originárias, inclusive os procedimentos acordados entre os países Partes de uma área de livre comércio para a administração e verificação de origem.
<b>Regra de origem</b>	Requisitos específicos a que uma mercadoria produzida numa zona de livre comércio deve atender para ser considerada originária e beneficiar-se, por conseguinte, do tratamento de tarifa preferencial.
<b>Teste de valor</b>	Critério adotado na determinação da origem de uma mercadoria. Estabelece os requisitos para aquilatar a contribuição do conteúdo nacional ou importado de uma mercadoria a fim de determinar se esta, apesar de conter insumos importados, atende aos requisitos para ser considerada originária.
<b>Valor de conteúdo regional</b>	Teste de valor específico. Corresponde a uma parcela do valor de uma mercadoria representada por insumos nacionais e por qualquer outro componente de custo derivado da Parte em que foi produzida.

## SALVAGUARDAS

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Artigo XIX</b>	Diz respeito ao artigo do Acordo do GATT que permite a um membro do GATT a adoção de uma ação de “salvaguarda” para proteger uma indústria doméstica específica de um aumento imprevisto de importações de qualquer produto que esteja causando ou ameace causar prejuízo grave à indústria.
<b>Compensação</b>	Conjunto de benefícios do comércio (em geral, concessões para acesso a mercados) proporcionados pela Parte importadora ao impor uma medida de salvaguarda a uma Parte exportadora afetada. Tais benefícios são conferidos a fim de compensar as perdas comerciais da Parte exportadora. Os benefícios proporcionados deveriam, de modo geral, ter um valor comercial equivalente às perdas comerciais.
<b>Fornecedor substancial</b>	Fornecedor de um bem exportado regularmente em grandes quantidades. Nos acordos de comércio, uma Parte pode ser considerada fornecedor substancial se durante dado período é o território de origem de um percentual determinado (por exemplo, 10%) do total das importações do produto sujeito a uma medida de salvaguarda na Parte importadora.
<b>Mecanismo específico de salvaguarda</b>	Mecanismo de salvaguarda cujo objetivo é proporcionar proteção temporária a um setor produtivo nacional específico, como, por exemplo: setor têxtil, setor agrícola, etc.
<b>Medida de salvaguarda</b>	Medida adotada na fronteira, em geral de natureza tarifária, que incide em caráter provisório sobre importações de bens que causem ou ameacem causar prejuízo grave a uma determinada indústria doméstica que produz bens iguais ou similares. Tem por objetivo proporcionar o tempo necessário para que a indústria afetada possa enfrentar um processo de ajustamento. Geralmente é imposta após a realização de investigação na Parte importadora para determinar se o prejuízo grave ou a ameaça de prejuízo grave afeta a indústria devido a importações súbitas.
<b>Medida de salvaguarda global</b>	Medida imposta com base no Artigo XIX do GATT 1994 e no Acordo sobre Salvaguardas da OMC.
<b>Medida de salvaguarda provisória</b>	Medida provisória, em geral uma tarifa, incidente sobre importações como forma de prevenir prejuízo à produção doméstica enquanto a questão estiver sob investigação e até a tomada de uma decisão final.
<b>Partes interessadas</b>	Pessoas físicas ou jurídicas com algum interesse nas medidas de salvaguarda, tais como, por exemplo: o peticionário, outros produtores nacionais, associações comerciais, de negócios ou empresariais nas quais a maioria de seus membros seja de produtores do bem investigado, produtores estrangeiros, exportadores, importadores, governos das Partes exportadoras ou produtoras e consumidores ou as associações que os representem.
<b>Plano de ajuste</b>	Medidas adotadas para criar as condições destinadas a superar a falta de competitividade de determinada indústria em face da presença de importações. Tais medidas incluem, por exemplo, reestruturação de uma indústria, treinamento de funcionários, aquisição de novas tecnologias e introdução de processos produtivos mais eficientes, entre outras.
<b>Prejuízo grave</b>	Deterioração geral e significativa da situação de uma indústria doméstica. Em geral, são estes os fatores analisados para determinar se uma indústria doméstica foi gravemente prejudicada por importações: parte do mercado doméstico absorvida pelo aumento das importações, mudanças no nível de vendas, a produção, a produtividade, a utilização da capacidade, os lucros e perdas e o emprego.
<b>Produto diretamente concorrente</b>	Produto que, embora não sendo necessariamente similar àquele com o qual se compara, é essencialmente equivalente para fins comerciais por estar destinado ao mesmo uso e ser intercambiável com este.
<b>Produto similar</b>	Aquele que, mesmo não sendo igual em todos os seus aspectos, possui características e composição semelhantes, o que lhe permite cumprir as mesmas funções e ser comercialmente intercambiável com o produto com o qual é comparado.

### *Salvaguardas*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Relação causal</b>	Relação que se estabelece quando uma causa gera determinado efeito. <i>Ver Antidumping/Medidas Compensatórias, à página 46, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Resultados da investigação</b>	Na investigação para determinar se o aumento das importações causou ou ameaça causar prejuízo grave à produção doméstica, cabe às autoridades competentes avaliar todos os fatores pertinentes de caráter objetivo e quantificável que estiverem relacionados com a situação dessa produção doméstica, em particular o ritmo e a quantia do aumento das importações do produto objeto da investigação, em termos absolutos e relativos, a parte do mercado doméstico absorvida pelo aumento das importações, as mudanças no nível de vendas, a produção, a produtividade, a utilização da capacidade, os lucros e perdas e o emprego.
<b>União Aduaneira</b>	Associação internacional criada para eliminar restrições aduaneiras ao intercâmbio de mercadorias entre países Partes e para estabelecer uma política tarifária uniforme com relação a países não-Partes.

## SERVIÇOS

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Acesso a mercados</b>	O conjunto de condições que permite aos exportadores estrangeiros de bens ou serviços, ou aos prestadores estrangeiros de serviços ou aos investidores estrangeiros ter acesso ao mercado de um país importador (Parte de um acordo de comércio ou investimento). No contexto da ALCA, acesso a mercados abrange cinco áreas principais de negociação: tarifas para produtos não-agrícolas, agricultura, serviços, investimento e compras governamentais. Além disso, há na ALCA o Grupo de Negociação sobre Acesso a Mercados, no qual estão sendo negociados os seguintes seis temas: tarifas; medidas não-tarifárias; salvaguardas; procedimentos aduaneiros; regras de origem; e barreiras técnicas ao comércio.
<b>Classificação setorial dos serviços</b>	Há várias listas de classificação que podem ser usadas nas negociações do comércio de serviços. A mais comum, no entanto, é a desenvolvida pela OMC no âmbito do GATS c/120 que estabelece 155 subsetores de serviços em 12 amplas categorias setoriais. Essas categorias baseiam-se numa versão complementada da lista “Classificação Central de Produtos Básicos (CPC)” das Nações Unidas, a qual pode ser acessada na página eletrônica da OMC sob a referência “Trade Topics - Services” <a href="http://www.wto.org">http://www.wto.org</a>
<b>Comércio de serviços</b>	Implica o intercâmbio entre residentes de um país Parte e residentes de outro país Parte ou a venda de um serviço incluído nas 11 amplas categorias subsequentemente indicadas, de acordo com uma das quatro modalidades de prestação de serviços definidas abaixo.
<b>Comércio transfronteiriço de serviços (Modalidade 1)</b>	Modalidade de prestação ou comércio de serviços em que estes são fornecidos do território de uma Parte de um acordo de comércio para o território de outra Parte. Um exemplo são os serviços de projetos de arquitetura proporcionados por um arquiteto em determinada Parte pelo correio tradicional ou pelo correio eletrônico para consumidores de outra Parte.
<b>Consumo no exterior (Modalidade 2)</b>	Modalidade de prestação ou comércio de serviços em que estes são proporcionados no território de uma Parte de um acordo de comércio para os consumidores de outra Parte. Essa modalidade de prestação de serviços exige que o seu consumidor se desloque para o exterior. Um exemplo são as viagens ao exterior para tratamento de saúde ou para participação em programa de estudos.
<b>Critério de lista negativa</b>	A inclusão generalizada de todos os setores de serviços, salvo se houver indicação diferente na lista de reservas, sob as disciplinas específicas do capítulo sobre Serviços e as disciplinas gerais do acordo de comércio. O critério de lista negativa requer que as medidas discriminatórias que afetem todos os setores incluídos sejam liberalizadas, salvo se houver medidas específicas na lista de reservas.
<b>Critério de lista positiva</b>	A inclusão voluntária de determinado número de setores numa agenda nacional, indicando o tipo de acesso e o tipo de tratamento, para cada setor e para cada modalidade de fornecimento, que uma Parte está preparada para oferecer a prestadores de serviços de outras Partes mediante contrato.
<b>Denegação de benefícios</b>	O direito das Partes de um acordo de comércio de denegar tratamento preferencial previsto no Acordo a qualquer país não-Parte. No caso de serviços, os benefícios podem ser denegados se for determinado que o serviço é prestado a partir do território de um país não-Parte; ou por uma empresa que não esteja devidamente constituída ou domiciliada num país Parte; ou por uma empresa de um país não-Parte que não realize atividades ou operações comerciais substanciais no território de qualquer outra Parte; ou por uma empresa que for de propriedade ou estiver sob o controle de pessoas de um país não-Parte; ou por uma combinação dessas condições. <i>Ver Investimento, à página 39, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

## Serviços

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Direito de normalizar</b>	O direito soberano de todos os governos Partes de um acordo de comércio de introduzir normas para o alcance de objetivos legítimos a fim de atender aos objetivos de política nacionais, inclusive os relacionados com a proteção e segurança da vida ou da saúde humana, animal ou vegetal, ou de prevenir práticas enganosas e fraudulentas ou de resguardar a privacidade das pessoas.
<b>Lista de compromissos</b>	Sob o critério de lista positiva, a lista de compromissos compreende uma agenda nacional e inclui todos os compromissos estabelecidos por setor, a critério de uma Parte de um acordo de comércio.
<b>Lista de reservas</b>	Sob o critério de lista negativa, a lista constante dos anexos de um acordo de comércio contendo todas as medidas desconformes com as disciplinas básicas dos respectivos capítulos e que os governos decidem manter.
<b>Modalidades do comércio de serviços</b>	As formas sob as quais são negociados os serviços. Há quatro modalidades de prestação de serviços, quais sejam: comércio transfronteiriço (Modalidade 1), consumo no exterior (Modalidade 2), presença comercial (Modalidade 3) e movimento temporário de pessoas físicas (Modalidade 4). Essas modalidades de fornecimento requerem a movimentação tanto do próprio serviço (Modalidade 1) como do consumidor do serviço (Modalidade 2) ou do prestador do serviço (Modalidades 3 e 4). Para uma explicação pormenorizada, ver a definição de cada modalidade de fornecimento nesta seção.
<b>Movimento temporário de pessoas físicas (Modalidade 4)</b>	Modalidade de prestação ou comércio de serviços proporcionados por nacionais de uma Parte de um acordo de comércio no território de outra Parte, exigindo a presença física do prestador do serviço no país anfitrião. Essa modalidade compreende tanto os prestadores autônomos de serviços como os empregados de prestadores de serviços de outra Parte. Como exemplos, citam-se os consultores, professores e atores de um país que prestam serviços por meio de sua presença física em um país Parte ou os dirigentes de uma empresa multinacional.
<b>Presença comercial (Modalidade 3)</b>	Modalidade de prestação ou comércio de serviços em que estes são proporcionados por meio de qualquer tipo de estabelecimento comercial ou profissional, como, por exemplo, investimento externo direto, de uma Parte do Acordo no território de outra Parte. Esse é o caso do estabelecimento de uma filial de um banco estrangeiro ou de uma loja de franquia numa localidade estrangeira.
<b>Regulamentação nacional</b>	O conjunto das normas não-discriminatórias e não-quantitativas aplicadas pelos governos das Partes que possam afetar tanto prestadores de serviços no exterior como nacionais depois de estarem no mercado, bem como a capacidade de os prestadores estrangeiros de serviços entrarem no mercado. Essas normas consistem em medidas relativas aos requisitos e procedimentos de qualificação, padrões técnicos e exigências de licenciamento, entre outras.
<b>Setores de serviços</b>	Várias amplas categorias de serviços foram definidas para fins de negociação do comércio de serviços na OMC e são usadas por muitas Partes que buscam a negociação de serviços em outros foros. Essas categorias incluem o seguinte: serviços empresariais e profissionais, comunicações, serviços de construção e engenharia, serviços de transporte, serviços de distribuição, serviços educacionais, serviços de saúde, serviços financeiros, serviços de meio ambiente e serviços culturais e recreativos.
<b>Transparência</b>	Princípio segundo o qual as Partes de um acordo de negócios devem publicar ou tornar disponíveis legislações, regulamentos ou decretos nacionais ou qualquer tipo de ato administrativo que afetem o comércio de serviços e prestadores de serviços estrangeiros com respeito às disciplinas constantes do Acordo. As obrigações em matéria de transparência nos acordos de comércio podem incluir a publicação, notificação, direito a comentário prévio e a esclarecimentos quanto à adoção de leis ou regulamentos e a prestação de informação às Partes interessadas, a pedido destas. <i>Ver Política de Concorrência, à página 34, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>



## Serviços

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF)</b>	Princípio constante de acordos de comércio e investimento que obriga as Partes de um acordo de comércio a dispensar o tratamento mais favorável, acordado para qualquer de seus parceiros comerciais, a todas as demais Partes, pronta e incondicionalmente. Assegura que os serviços e os prestadores de serviços estrangeiros (de outro país Parte de um acordo de comércio) recebam, pelo menos, o mesmo tratamento dispensado a qualquer outro serviço ou prestador de serviço estrangeiro. (ou/ recebam o melhor tratamento dispensado a qualquer outro). <i>Ver Investimento, à página 31, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Tratamento nacional</b>	Princípio constante de acordos de comércio e de capítulos sobre serviços que assegura a não-discriminação entre cidadãos estrangeiros e nacionais. Com isso os serviços e os prestadores de serviços estrangeiros (de outro país Parte de um acordo de comércio) têm a garantia de receber, pelo menos, tratamento não menos favorável que ao dispensado aos serviços e prestadores de serviços nacionais. <i>Ver Investimento, à página 31, e Tarifas e Medidas Não-Tarifárias, à página 48, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>

## SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<i>Amicus curiae</i>	(“Amigo do tribunal”, em latim.) Pessoa que não sendo parte numa demanda judicial peticiona à corte/tribunal ou é por esta solicitada a ingressar com uma peça processual numa ação pelo fato de nela ter especial interesse.
<b>Anulação ou prejuízo</b>	Base de uma demanda, no contexto do sistema do GATT/OMC de solução de controvérsias, ou seja, que um benefício em favor de um país Parte da OMC concedido direta ou indiretamente nos termos do Acordo esteja sendo anulado ou prejudicado em consequência do não-cumprimento, por outro país Parte, de suas obrigações nos termos do Acordo. A anulação ou o prejuízo na ausência de violação constitui uma demanda contra a anulação ou o prejuízo de um benefício, em virtude da aplicação de um procedimento que pode ou não conflitar com as disposições do GATT.
<b>Arbitragem</b>	Procedimento de solução de controvérsia com a participação de uma ou mais terceiras partes neutras geralmente aceitas pelas partes litigantes e cuja decisão (laudo arbitral) é vinculatória.
<b>Cadastro</b>	Lista de pessoas da qual os nomes de integrantes de painéis podem ser ou serão retirados.
<b>Causa de ação</b>	Série de fatos operacionais que consubstanciam um ou mais fundamentos para uma ação judicial.
<b>Código de conduta</b>	Conjunto de regras escritas sobre o comportamento de grupos específicos. <i>Ver Procedimentos Aduaneiros, à página 35, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Conciliação</b>	Mecanismo alternativo para a solução de controvérsia que permite a uma pessoa neutra reunir-se com as partes litigantes e examinar as formas possíveis de solução do litígio.
<b>Consultas</b>	Mecanismo mediante o qual as partes consultam ou deliberam sobre uma questão, que pode constituir um pré-requisito do estabelecimento de um painel ou tribunal para arbitrar a matéria.
<b>Convenção de Nova York</b>	Convenção das Nações Unidas sobre o Reconhecimento e Aplicação de Laudos Arbitrais no Exterior, adotada em Nova York em 10 de junho de 1958.
<b>Convenção do Panamá</b>	Convenção Interamericana sobre a Arbitragem Comercial Internacional adotada no Panamá em 30 de janeiro de 1975.
<b>Demanda</b>	Agregação de fatos operacionais que suscitam um direito aplicável por uma corte/tribunal.
<b>Eleição de foro</b>	Escolha da jurisdição ou foro em que uma ação judicial poderá ser julgada.
<b>Entendimento da OMC sobre as Regras e Procedimentos Regulatórios da Solução de Controvérsias</b>	O acordo da OMC resultante da Rodada Uruguai aplicável a consultas e à solução de controvérsias entre seus países membros no que respeita aos seus direitos e obrigações nos termos do referido Acordo.
<b>Lei aplicável</b>	Conjunto de leis que o tribunal deve considerar na tomada de decisão sobre uma controvérsia ou demanda.
<b>Mediação</b>	Procedimento não vinculatório de solução de controvérsia em que uma terceira parte neutra procura ajudar as partes litigantes a encontrar uma solução mutuamente satisfatória.
<b>Órgão de apelação</b>	Órgão independente, como o Órgão de Apelação da OMC, que aprecia os recursos de uma Parte numa controvérsia relacionados a questões legais objeto de decisão de um tribunal de primeira instância, como, por exemplo, um painel.
<b>Painel</b>	Corpo de peritos independentes constituído para examinar uma controvérsia e formular as recomendações pertinentes.
<b>Parecer consultivo</b>	Declaração não vinculatória de um tribunal sobre sua interpretação da lei ou da matéria submetida à sua consideração para esse fim.
<b>Partes na controvérsia</b>	A parte reclamante ou a parte objeto da reclamação.

### *Solução de Controvérsias*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Petição</b>	Instrumento inicial de uma ação cível onde são declarados os fundamentos para a jurisdição da corte/tribunal, a essência da reclamação do demandante e a solicitação de desobrigação.
<b>Regras modelo de procedimento</b>	Regras que determinam os procedimentos a serem adotados pelo painel.
<b>Represália transetorial</b>	Represália (suspensão de benefícios) imposta em um setor que não o especificamente afetado pela medida objeto de controvérsia; por exemplo, a represália contra o setor de serviços em virtude de uma medida que afete mercadorias.
<b>Solução alternativa de controvérsia</b>	Procedimento para a solução de uma controvérsia por outros meios que não o do litígio, tais como arbitragem, mediação ou processo sumário.
<b>Suspensão de benefícios</b>	Suspensão por uma Parte de benefícios ou obrigações cabíveis à outra Parte nos termos de um acordo, como no caso, por exemplo, da reação ou represália de uma Parte contra o não-cumprimento pela outra Parte de uma regra ou recomendação. Essa suspensão ou retirada de concessões está sujeita, nos termos do DSU/OMC, a autorização multilateral prévia.
<b>Terceira Parte</b>	Aquela que não sendo parte direta numa controvérsia notifica seu interesse pelo respectivo processo.

## SUBSÍDIOS, ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSATÓRIOS

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Acordo <i>antidumping</i></b>	Acordo Relativo à Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994, no Anexo 1 A do Acordo da OMC – acordo da OMC oriundo da Rodada Uruguai que implementa o Artigo VI do GATT 1994.
<b>Acordo de subsídios</b>	Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias no Anexo 1 A do Acordo da OMC (conhecido como Acordo SMC) – Pretende-se que o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias beneficie-se do Acordo sobre a Interpretação e Aplicação dos Artigos VI, XVI e XXIII, negociado na Rodada de Tóquio.
<b>Acumulação</b>	Avaliação cumulativa dos efeitos do volume e preço das importações de determinada mercadoria de todos os países com relação à qual petições de <i>antidumping</i> e direitos compensatórios foram apresentadas, se essas importações competem entre si e com produtos nacionais similares no mercado de exportação. <i>Ver Regime de Origem, à página 36, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Arquivo administrativo</b>	Registro completo dos procedimentos administrativos.
<b>Autoridade investigadora</b>	Órgão encarregado da realização de uma investigação de <i>antidumping</i> ou subsídio.
<b>Compromissos relativos aos preços</b>	Compromisso de um exportador de aumentar o preço de exportação do produto a fim de evitar a possibilidade de um direito <i>antidumping</i> .
<b><i>De minimis</i></b>	(Expressão latina que significa “do mínimo”). A margem de dumping é considerada <i>de minimis</i> , ou o volume de importações objeto de dumping, real ou potencial, ou o prejuízo é considerado insignificante, se a margem for inferior a 2%, expressos como porcentagem do preço de exportação. A investigação é então encerrada. Além disso, o volume de importações objeto de <i>dumping</i> será normalmente considerado insignificante, se o volume das importações objeto de <i>dumping</i> de uma Parte específica responde por menos de 3% das importações do produto similar na Parte importadora, a menos que as Partes que individualmente respondam por menos de 3% das importações do produto similar na Parte importadora respondam coletivamente por mais de 7% das importações do produto similar na Parte importadora.
<b>Depósito de direitos</b>	Refere-se a direitos <i>antidumping</i> que devem ser depositados à entrada da mercadoria que é motivo de uma ordem de direito <i>antidumping</i> , para cada fabricante, produtor ou exportador, igual ao montante pelo qual o valor de mercado no exterior excede o preço da mercadoria no mercado doméstico.
<b>Determinação de revisão</b>	Revisão de direitos e obrigações que deve ser iniciada pela autoridade investigadora.
<b>Determinação final</b>	Decisão final sobre uma investigação de <i>antidumping</i> ou subsídio.
<b>Direito <i>antidumping</i></b>	Direito aplicado a importações de determinado bem de uma Parte específica a fim de eliminar o prejuízo causado pelo <i>dumping</i> à indústria doméstica da Parte importadora. O Artigo VI do GATT 1994 permite a imposição de direitos <i>antidumping</i> a mercadorias objeto de <i>dumping</i> , igual à diferença entre seu preço de exportação e seu valor normal, se o <i>dumping</i> causar prejuízo a produtores de países concorrentes na Parte importadora.
<b>Direito compensatório</b>	Direito especial cobrado com o objetivo de compensar qualquer privilégio ou subsídio aplicado, direta ou indiretamente, sobre a fabricação, produção ou exportação de qualquer mercadoria. Nenhum membro da OMC poderá cobrar qualquer direito compensatório sobre a importação de qualquer produto do território de outro, a menos que determine que o efeito do subsídio cause ou ameace causar prejuízo material a uma indústria doméstica estabelecida ou atrase fisicamente o estabelecimento de uma indústria doméstica.
<b>Direito definitivo</b>	Avaliação legal final ou arrecadação de um tributo ou taxa onde os fatos finalmente determinados mostrem que há <i>dumping</i> e prejuízo dele decorrente.
<b>Direito inferior</b>	Direito inferior à margem de <i>dumping</i> , mas adequado para eliminar o prejuízo à indústria doméstica.
<b>Direito provisório</b>	Aplicado provisoriamente em contraposição ao direito definitivo.

*Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Dumping</b>	Introdução de um bem no comércio de uma outra Parte por preço inferior a seu valor normal, se o preço de exportação do bem exportado de uma Parte para outra for inferior ao preço comparável, no curso ordinário do comércio, do bem similar, quando destinado a consumo na Parte exportadora. Venda de mercadoria em outra Parte por preço inferior àquele pelo qual a mesma mercadoria é vendida no mercado doméstico ou venda dessa mercadoria por preço inferior aos custos incorridos em sua produção e transporte. O <i>dumping</i> ocorre quando bens são exportados por preço inferior ao valor normal, o que em geral significa que são exportados por preço inferior àquele por que são vendidos no mercado doméstico ou no mercado de outras terceiras Partes ou por menos do que o custo de produção.
<b>Elusão</b>	Medidas tomadas por exportadores para eludir <i>antidumping</i> ou direitos compensatórios.
<b>Fatos essenciais</b>	Fatos cruciais considerados e usados para a decisão de aplicar ou não uma medida <i>antidumping</i> .
<b>Indústria doméstica</b>	O conjunto dos produtores nacionais dos produtos similares ou aqueles cuja produção coletiva constitua grande proporção da produção doméstica total dos referidos produtos.
<b>Informações comerciais patenteadas</b>	Informação de valor comercial, cuja divulgação provavelmente terá o efeito de prejudicar a capacidade do investigador de obter essa informação da maneira adequada ao desempenho de suas funções ou causar considerável dano à posição competitiva da firma ou outra organização da qual a informação foi obtida.
<b>Início de uma investigação</b>	Ação processual mediante a qual um membro da OMC inicia formalmente uma investigação <i>antidumping</i> a fim de determinar a existência, grau e efeito de qualquer <i>dumping</i> alegado.
<b>Interesse público</b>	O bem-estar geral do público que garante reconhecimento e proteção.
<b>Investigação</b>	Procedimento para determinar a existência, grau e efeitos de <i>dumping</i> ou subsídios.
<b>Investigação <i>in situ</i></b>	Investigação no local.
<b>Investigação preliminar</b>	Procedimento inicial para determinar a existência, grau e efeitos de <i>dumping</i> ou subsídio.
<b>Margem de <i>dumping</i></b>	Diferença entre o preço comparável do produto similar quando exportado para uma terceira Parte adequada e o custo da produção no país de origem, acrescida de um montante razoável a título de custos administrativos, de venda e gerais e lucro.
<b>Média ponderada</b>	Percentual fixado dividindo-se as margens agregadas de <i>dumping</i> determinadas para um exportador ou produtor específico pelos preços agregados de exportação e pelos preços construídos de exportação do referido exportador ou produtor.
<b>Medidas compensatórias</b>	Medida tomada pela Parte importadora, geralmente sob a forma de aumento de taxas, para compensar subsídios concedidos a produtores ou exportadores na Parte exportadora. Taxas adicionais impostas pela Parte importadora para compensar subsídios governamentais na Parte exportadora quando as importações subsidiadas causem prejuízo material à indústria doméstica da Parte importadora.
<b>Mercado relevante</b>	O mercado relevante é determinado estabelecendo-se primeiramente o mercado relevante de produto e o mercado geográfico relevante. O mercado relevante de produto compreende todos os produtos e/ou serviços que o consumidor e/ou o usuário consideram intercambiáveis ou substituíveis em virtude de suas características, preço ou uso pretendido. O mercado geográfico relevante compreende todas as áreas em que os competidores do mercado relevante do bem competem entre si pela venda ou compra de produtos em condições iguais de concorrência. As áreas geográficas em que as condições de concorrência são significativamente diferentes não são levadas em consideração na determinação do mercado geográfico relevante. <i>Ver Política de concorrência, à página 45, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Montante do subsídio</b>	Montante de contribuição financeira, transferência de fundos ou outra forma de apoio a renda ou preços, pago pela fabricação, produção ou exportação de um bem.

*Subsídios, Antidumping e Direitos Compensatórios*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Operações comerciais normais</b>	Vendas efetuadas no curso de operações normais.
<b>Plano de verificação</b>	Cronograma de verificação de documentos pela autoridade investigadora.
<b>Prejuízo</b>	Ocorre quanto o efeito do <i>dumping</i> ou subsídio, conforme o caso, cause ou ameace causar prejuízo material a uma indústria doméstica estabelecida ou a atrasar fisicamente o estabelecimento de uma indústria doméstica.
<b>Produto similar</b>	Produto idêntico, isto é, semelhante em todos os aspectos ao produto em consideração ou, na ausência desse produto, outro produto que, embora não sendo semelhante em todos os aspectos, apresenta características muito semelhantes às do produto em consideração.
<b>Prospectivo</b>	Em vigor ou a vigorar no futuro.
<b>Relação causal</b>	Relação ou conexão entre uma causa e um efeito. Uma indústria doméstica que solicite uma investigação <i>antidumping</i> deve apresentar indícios de uma relação causal entre as importações objeto de <i>dumping</i> e o prejuízo alegado. <i>Ver Salvaguardas, à página 38, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Retrospectivo</b>	Em vigor a partir de uma data no passado.
<b>Revisão de extinção</b>	Procedimento segundo o qual um direito <i>antidumping</i> ou compensatório cessa ao final de um período determinado, a menos que seja formalmente renovado.
<b>Subsídio</b>	O subsídio à exportação é um benefício concedido a uma empresa por um governo dependente de exportações. O subsídio doméstico é um benefício não diretamente vinculado a exportações.
<b>Subsídio à exportação</b>	Subsídio como os descritos na Lista Ilustrativa de Subsídios às Exportações do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC. <i>Ver Subsídio, acima.</i>
<b>Subsídio nacional</b>	Qualquer ato, prática ou medida que não um subsídio de exportação mediante o qual um governo confere um benefício a um bem e/ou a uma empresa. <i>Ver Subsídio, acima.</i>
<b>Valor construído/reconstruído</b>	Meio de determinar o valor justo ou do mercado externo quando as vendas de mercadorias similares não existem ou por várias razões não podem ser usadas para fins de comparação. O “valor construído” consiste no custo de materiais e fabricação ou outro processamento empregado na produção da mercadoria, despesas gerais de não menos de 10% dos custos de material e de fabricação e lucro não inferior a 8% da soma dos custos de produção e despesas gerais. A esse montante é acrescido o custo de embalagem para exportação ao mercado exportador.
<b>Valor normal</b>	Preço pelo qual a mercadoria é vendida ou oferecida para venda nos principais mercados da Parte da qual é exportada.
<b>Zeroing</b>	Numa comparação do valor da média ponderada normal com a média ponderada de preços de transações comparáveis de exportação para a mercadoria objeto de uma investigação <i>antidumping</i> , a prática de atribuir uma margem zero a uma margem negativa de <i>dumping</i> (quando o preço de exportação é superior ao preço normal) encontrada para qualquer transação de exportação.

**TARIFAS E MEDIDAS NÃO-TARIFÁRIAS**

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Barreiras não-tarifárias</b>	Medidas não-tarifárias de impacto protecionista. Exemplos: cotas, tarifas-cota, regimes de licença e faixas de preços.
<b>Equivalente <i>ad valorem</i></b>	Quando uma tarifa é fixada em bases específicas ou mistas, geralmente é calculado um “equivalente <i>ad valorem</i> ” da porção não <i>ad valorem</i> do imposto para fins de referência. Há diversas fórmulas para o cálculo do equivalente <i>ad valorem</i> . Um critério comum baseia-se no comércio das NMF, em que os impostos arrecadados são divididos pelo valor aduaneiro.
<b>Licença de importação</b>	Procedimento administrativo que requer a apresentação de uma solicitação ou outra documentação (diferente da necessária para efeitos de despacho aduaneiro) ao órgão administrativo pertinente, como condição prévia para efetuar a importação de mercadorias. Acordo sobre os Procedimentos em Matéria de Licenças de Importação da OMC.
<b>Licença de importação automática</b>	Licença de importação em que a aprovação do pedido é concedida em todos os casos e não é administrada de modo a exercer efeitos restritivos às importações objeto de licença automática.
<b>Licença de importação não automática</b>	Licença que não se ajusta à definição de licença automática de importação. A licença não automática é usada para administrar restrições ao comércio como, por exemplo, de quantidade, quando justificada no contexto jurídico do comércio internacional.
<b>Limite de exportação voluntário</b>	Medida adotada por uma Parte exportadora em que essa Parte concorda voluntariamente em limitar o volume ou o valor de suas exportações de determinado bem para uma Parte importadora em particular.
<b>Loja livre de tarifas aduaneiras (<i>duty-free</i>)</b>	Loja comercial autorizada por licença do governo para realizar vendas livres de impostos aduaneiros, taxas e tributos internos a pessoas que viajam para fora do país. A maioria dessas lojas localiza-se em portos, aeroportos e fronteiras internacionais. Em geral há duas categorias de lojas livres: de partida e de chegada. As lojas livres de partida estão autorizadas a vender produtos livres de impostos para pessoas que deixam o país; as lojas livres de chegada estão localizadas dentro dos terminais dos aeroportos internacionais, entre os portões de desembarque e as áreas destinadas aos procedimentos aduaneiros. Essas lojas só podem vender mercadorias livres de impostos e taxas para passageiros que desembarcam. O número de artigos que podem vender é limitado. O número de produtos que os passageiros podem comprar também é limitado.
<b>Medidas não-tarifárias</b>	Todas as medidas impostas sobre os fluxos comerciais que não sejam de natureza tarifária. Algumas dessas medidas podem constituir barreiras não-tarifárias.
<b>Procedimento de <i>drawback</i></b>	Procedimento aduaneiro que, na exportação de mercadorias, prevê a devolução (total ou parcial) dos direitos e taxas de importação cobrados sobre as mercadorias ou sobre os materiais nelas contidos ou utilizados em sua produção.
<b>Programa de diferimento de tarifas</b>	Qualquer esquema de importação que contenha disposições quanto ao diferimento no pagamento de tarifas de importação, a exemplo dos que regem as zonas livres ou francas de comércio, importações temporárias sob fiança, armazéns de depósito fiscal, maquiladoras e programas de processamento de produtos para consumo interno.

### *Tarifas e Medidas não-Tarifárias*

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Requisitos de desempenho</b>	Requisito legal que impõe a produtores de bens e/ou prestadores de serviços certas obrigações. Por exemplo, constam de alguns acordos de comércio os seguintes requisitos de desempenho, entre outros: i) que determinado nível ou porcentagem de mercadorias ou serviços seja exportado; ii) que mercadorias importadas sejam substituídas por mercadorias ou serviços da Parte que concede uma isenção de tarifas aduaneiras; iii) que uma pessoa beneficiada por uma isenção de tarifas aduaneiras compre outras mercadorias ou serviços em território da Parte que a concede ou dê preferência a mercadorias ou serviços de produção nacional ; iv) que uma pessoa beneficiada com uma isenção de tarifas produza mercadorias ou preste serviços em território da Parte que a concede, com determinado nível ou porcentagem de conteúdo produzido internamente; ou v) que o volume ou o valor das importações seja vinculado de qualquer forma ao volume ou ao valor das exportações ou ao montante de entrada de divisas. <i>Ver Compras Governamentais, à página 23, e Investimento, à página 30, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Sistema Harmonizado</b>	<i>Ver “Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias”, abaixo.</i>
<b>Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias</b>	Geralmente referido como “Sistema Harmonizado” ou simplesmente “SH”, é uma nomenclatura internacional de múltiplos propósitos de produtos, desenvolvida pela Organização Mundial de Alfândegas (OMA). Compreende cerca de 5.000 grupos de produtos individualmente identificados por um código de seis dígitos dispostos numa estrutura jurídica e lógica; é apoiado por regras bem-definidas para efeito de uma classificação uniforme. O sistema, usado por mais de 177 países e economias, serve de base na fixação de suas tarifas aduaneiras e na coleta de estatísticas de comércio internacional. O Sistema Harmonizado é regido pela Convenção Internacional sobre o Sistema de Codificação de Mercadorias.
<b>Tarifa ad valorem</b>	Tarifa cobrada em bases percentuais sobre o valor da mercadoria. Por exemplo, uma tarifa de 5% significa que o imposto de importação equivale a 5% do valor estimado da mercadoria.
<b>Tarifa específica</b>	Tarifa fixada em termos de encargos monetários específicos por unidade ou quantidade do bem importado. Por exemplo, US\$100,00 por tonelada métrica de determinado bem.
<b>Tarifa mista</b>	Tarifa que combina tarifas <i>ad valorem</i> e específicas.
<b>Tarifas-cota</b>	Sistema de proteção ao comércio em que a alíquota de uma tarifa é mais baixa no caso de importações de quantidades específicas de determinada mercadoria e mais alta quando o volume das importações supere tais quantidades. Em geral a cota é definida pelo governo periodicamente, uma vez ao ano, por exemplo.
<b>Tratamento nacional</b>	Disposição legal que visa a evitar discriminação e protecionismo na aplicação de tributos internos e medidas regulatórias. Em geral estabelece que, uma vez que as importações tenham entrado no território de uma Parte importadora, 1) os tributos internos devem ser aplicados igualmente às importações e aos produtos nacionais similares, e 2) a legislação nacional não deve dispor tratamento “menos favorável” para as importações que o concedido a produtos nacionais similares. <i>Ver Investimento, à página 31, e Serviços, à página 41, onde esta definição pode ter um sentido um pouco diferente.</i>
<b>Zona processadora de exportações</b>	Instalação industrial especificamente projetada que constitui um enclave de livre comércio no regime aduaneiro e comercial de um país, onde indústrias processadoras, nacionais e estrangeiras, que produzem principalmente para exportação, são beneficiadas por uma série de incentivos fiscais e financeiros.